



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



2017

RELATÓRIO E CONTAS



HOSPITAL DA HORTA

21-03-2018



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



ÍNDICE

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	4
2. ENQUADRAMENTO DO HOSPITAL.....	5
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO HOSPITAL.....	6
2.2 CARCATERIZAÇÃO DA AREA DE INFLUENCIA.....	7
2.3 ARTICULAÇÃO COM AS UNIDADES DE SAÚDE.....	8
2.3.1 – Cuidados de Saúde Primários.....	8
2.3.2 – Cuidados Hospitalares.....	8
2.3.3 – Cuidados Continuados.....	9
2.3.4 – Privado.....	10
2.4 MISSÃO.....	10
2.5 VISÃO.....	11
2.6 VALORES.....	11
3. ORGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	12
4. ATIVIDADE GLOBAL EM 2016.....	14
4.1 RECURSOS HUMANOS.....	15
4.1.1 Conselho De Administração.....	15
4.1.2 Tipo de vínculo.....	15



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



4.1.3 Grupos profissionais.....	16
4.1.4 Género.....	17
4.1.5 Níveis etários.....	18
4.1.6 Habilitações literárias.....	19
4.2 ATIVIDADE ASSISTENCIAL.....	20
4.2.1 Internamento.....	22
4.2.2 Cirurgia.....	25
4.2.3 Bloco de Partos.....	27
4.2.4 Consulta externa.....	28
4.2.5 Hospital de dia.....	36
4.2.6 Meios Complementares de Diagnostico e Terapêutica.....	37
4.2.7 Deslocação de doentes.....	42
5. RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	43
6. ANALISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	47
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	52
8.INDICADORES DE GESTÃO.....	53
9.DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	58



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Após mais um ano de atividade é tempo de apresentar os resultados da Instituição, no estrito cumprimento do disposto no nº1 do artigo 11, alínea b) do Decreto Legislativo Regional nº2/2007/A de 24 de Janeiro.

Tendo como meta o cumprimento da Missão do hospital de prestação de cuidados de saúde de qualidade a todos os utentes, demos continuidade à melhoria da capacidade de oferta assistencial diferenciada através do investimento em algumas infraestruturas, bem como à renovação e atualização de alguns equipamentos médicos. Mantivemos também a aposta na remodelação da área das tecnologias de informação, de forma a aumentar a eficiência dos processos na área clínica e administrativa.

Do ponto de vista assistencial, o ano de 2017 foi marcado por um aumento da procura nos cuidados de urgência assim como nas consultas das diferentes especialidades, tendo como resultado um aumento no número de doentes internados e nas cirurgias realizadas. No sentido de dar resposta ao fluxo crescente de utentes, o hospital tem priorizado não só a contratação de mais médicos especialistas, como também tem expandido o seu raio de ação com a abertura de novos serviços. Recentemente foi aberta uma unidade de cirurgia ambulatória e uma unidade de medicina no Pico complementando desta forma, a deslocação de especialistas àquela ilha para a realização de consultas. Brevemente será inaugurada uma unidade para a prestação de tratamentos de hemodialise também na ilha do Pico.

O Conselho de Administração agradece a disponibilidade e empenho de todos os colaboradores no exercício das suas funções permitiram o cumprimento da grande maioria das metas planeadas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



2. ENQUADRAMENTO DO HOSPITAL

O Hospital da Horta integra o sistema hospitalar da Região Autónoma Dos Açores que é constituído também pelos hospitais de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, articulando-se não só com estas Instituições mas também com os hospitais afetos ao Serviço Nacional de Saúde, nos termos de protocolos celebrados entre a Direção Geral dos Hospitais e a Secretaria Regional de Saúde, e que permitem assegurar a deslocação de especialistas em valências carenciadas e envio de doentes para serem assistidos em hospitais mais diferenciados.

Total da população residente na area de influência		35.000
Movimento Assistencial		Nº
Lotação sem Berçário		100
Número de Berços		6
Doentes Saidos sem Berçário		3.124
Movimento do Berçário		231
Total de consultas		50.053
Intervenções Cirúrgicas		2.926
Taxa de Ambulatorização		49,28%
Numero de Admissões á Urgência		21.571
Sessões de Hospital de Dia		19.149
Recursos Humanos (efetivos)		Nº
Contrato por Tempo Indeterminado em F.P.		289
Contrato Individual de Trabalho		170
Outras situações		26
Economico-financeira		€
Total de custos		-30.379.280 €
Total de proveitos		28.311.464 €
Ebitda		-610.149 €
Resultado Liquido		-2.067.815 €



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



2.1 CARACTERIZAÇÃO DO HOSPITAL

O Hospital da Horta dispõe de uma vasta gama de especialidades médicas organizadas em serviços e unidades funcionais de acordo com o quadro seguinte:

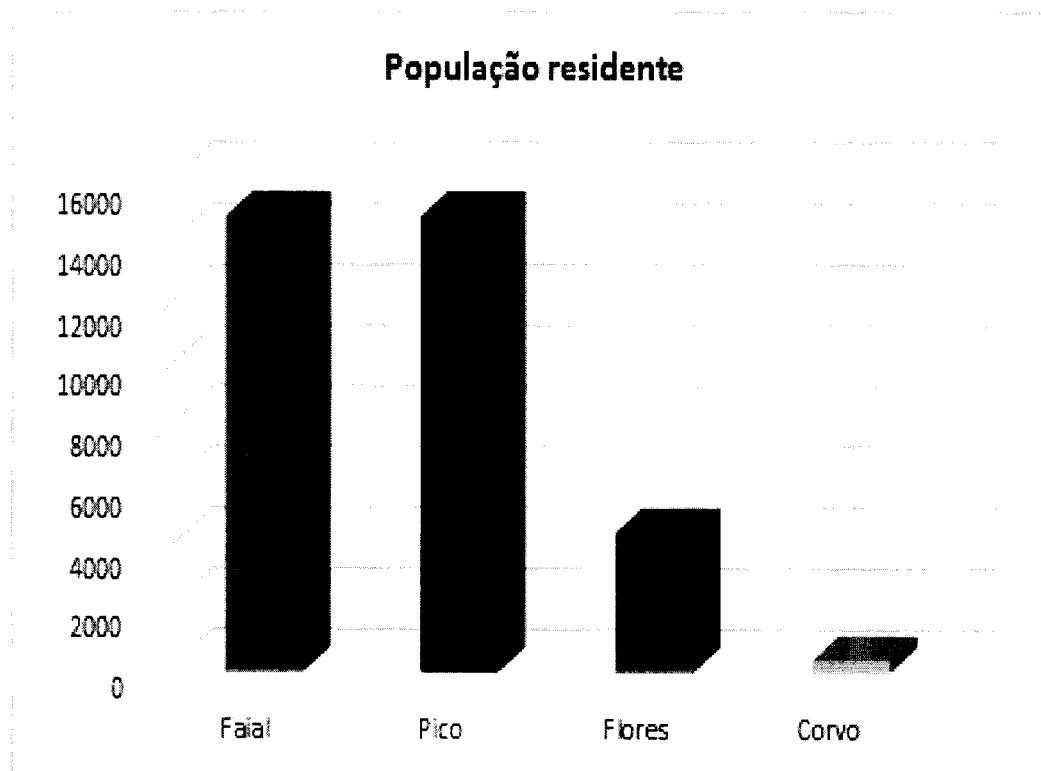
Especialidade/Serviço	
Internamento:	Ambulatório:
Medicina Interna	Consulta Externa
Cardiologia	Cirurgia de Ambulatório
Dermatologia	Hospital de dia :
Gastroenterologia	Oncologia
Hematologia	Nefrologia
Hemato-oncologia	Pediatria
Nefrologia	Adulto
Pneumologia	Aditologia
Psiquiatria	Endoscopia
Cirurgia Geral	Meios Complementares de Diagnóstico:
Estomatologia	Imagiologia
Ginecologia	Patologia Clínica
Oftalmologia	Cardiopneumologia
ORL	Medicina Física e Reabilitação
Urologia	Unidade de Cuidados Intensivos
Ortopédia	
Obstetrícia	
Pediatria	Serviço de Urgência
Cuidados Paliativos	



São ainda disponibilizadas pelo Hospital, ao abrigo das portarias que regulamentam a deslocação de especialistas, consultas nas valências de dermatologia, cardiologia pediátrica, neuropediatria e neurologia.

2.2) CARACTERIZAÇÃO DA AREA DE INFLUÊNCIA

A população diretamente servida pelo HH em 2017, totaliza 35.000 habitantes, assim distribuídos:



Após a crise sísmica de 1973, registada nas ilhas do Faial e Pico, os serviços hospitalares funcionavam em situação precária, devido à deterioração do antigo Hospital Walter Bensaúde. O edifício foi mesmo considerado inapto, por não respeitar as condições mínimas de segurança, tendo sido construído um pavilhão para funcionar como instalações provisórias.

Em 1976 deu-se início ao projeto de um edifício, com vista à construção dum novo hospital, dotado de instalações e infraestruturas necessárias; as obras tiveram início em 1980, tendo em 27 de Setembro de 1984, se procedido à transferência de todos os serviços para as atuais instalações. No projeto do novo edifício foram consideradas as necessidades de prestação de cuidados diferenciados às populações do Faial, Pico, Flores e Corvo e eventualmente S. Jorge.

O hospital foi dotado de uma capacidade de 132 camas, no entanto a lotação atual é de 100 camas, as quais se dividem por duas divisões principais: Internamento Médico e Internamento Cirúrgico. Dentro destas duas áreas principais, as 100 camas encontram-se distribuídas por cinco espaços físicos distintos: três para adultos, nomeadamente o serviço de Medicina no piso 1, Cirurgia no piso 2 e Traumatologia no piso 3; um espaço para crianças no serviço de Pediatria e um para a Mulher com as especialidades de Obstetrícia e Ginecologia.

A empresarialização do hospital operada pelo D.L.R nº 2/2007/A de 24 de Janeiro surgiu como hipótese de mudança no sector permitindo dotá-lo de instrumentos de gestão mais modernos e adequados à sua função, afastando-se de modelos fortemente burocráticos e administrativos e que no futuro visam a sustentabilidade económica e financeira da instituição.

O Hospital da Horta, EPER é uma unidade de saúde com uma área de influência assistencial de cerca de 35.000 habitantes, provenientes das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo, á qual se acrescenta ainda uma área de atratividade potencial de cerca de 10.000 habitantes provenientes da ilha de São Jorge. É também fator relevante a considerar, a população flutuante, em particular os turistas que dependem da prestação desta instituição.

2.3 ARTICULAÇÃO COM AS UNIDADES DE SAÚDE

2.3.1. Cuidados de saúde primários

O hospital relaciona-se funcionalmente e em termos de complementaridade com os centros de saúde das respetivas áreas geográficas, nomeadamente com a unidade de saúde da ilha do Pico que integra os Centros de Saúde de S. Roque, Madalena e Lajes, a unidade de saúde da ilha das Flores, a unidade de saúde da ilha do Faial que passou a ser a designação do centro de saúde da Horta e mais recentemente com a USI São Jorge em algumas especialidades como Oftalmologia, ORL, Ortopedia e Radiologia.

2.3.2 Cuidados Hospitalares

O Hospital da Horta integra o sistema hospitalar da Região que é constituído também pelos hospitais de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, articulando-se não só com estas Instituições mas também com os hospitais afetos ao Serviço Nacional de Saúde, nos termos de protocolos celebrados entre a Direção Geral dos Hospitais e a Secretaria Regional de Saúde, e que permitem assegurar a deslocação de especialistas em valências carenciadas e envio de doentes para serem assistidos em hospitais mais diferenciados.

2.3.3 Cuidados Continuados

No sentido de proporcionar uma continuidade de tratamentos aos utentes após alta hospitalar, foi criada uma rede regional de cuidados continuados integrados, na qual o hospital referência utentes para internamento na Santa Casa da Misericórdia da Horta através da Unidade de Saúde da Ilha do Faial.

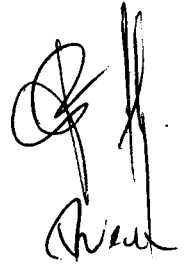
2.3.4 Privado

No sector privado, a oferta de cuidados de saúde passa essencialmente por duas clínicas que oferecem serviços na área da consulta externa em diferentes especialidades e alguns consultórios privados de clínicos gerais.

O sector privado disponibiliza ainda um laboratório de análises clínicas, vários centros de fisioterapia e várias clínicas na área médico-dentária e de estomatologia.

2.4 MISSÃO

O HH tem como missão prestar cuidados de saúde diferenciados de qualidade e de forma segura à população, de acordo com as suas necessidades, com elevados padrões de eficácia, eficiência e a custos comportáveis, assegurando também o melhor desempenho técnico-científico e desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores.



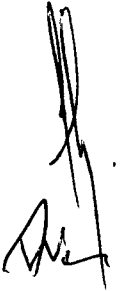
2.5 VISÃO

A visão do HH persegue uma perspetiva integrada da prestação de cuidados, assentando no seu continuado desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico-científico nas valências que integra, na qualidade da assistência prestada aos utentes e na excelência da gestão clínica, suportados em sistemas de gestão de qualidade certificados, numa lógica de transparência e de responsabilização, de modo a tornar-se uma referência regional e nacional para centros desta dimensão.

2.6 VALORES

No desenvolvimento da sua atividade, o HH e os seus colaboradores assumem os seguintes valores:

- a) Uma política e uma intervenção baseadas na igualdade e equidade;
- b) Suporte de relações na boa fé, na clareza dos processos e procedimentos e na lisura das decisões;
- c) Cumprimento com zelo, eficiência e sentido de missão as atividades que lhe estão confiadas e compromisso no cumprimento dos padrões de qualidade e de segurança, tendo em vista os melhores resultados;



d) Mantém e cultiva um relacionamento correto e cordial entre os seus colaboradores de modo a desenvolver o espírito de equipa e um forte sentido de coesão e a promoção da solidariedade entre todos;

e) Excelência técnica, através da promoção de boas práticas profissionais e do seu constante aperfeiçoamento com recurso racional às modernas tecnologias, de acordo com os recursos disponíveis;



3. ORGÃOS SOCIAIS

CONSELHO CONSULTIVO

Conforme o estipulado no artigo 18 da lei 2/2007/A de 24 de Janeiro e no Regulamento Interno do Hospital da Horta, EPER homologado pelo Sr. Secretário Regional da Saúde a 1 de Outubro de 2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE	João Luís Rosa Morais
DIRECTOR CLÍNICO	Rui Manuel Cabral Suzano
ENFERMEIRO DIRECTOR	Maria Ajuda Neves

FISCAL ÚNICO

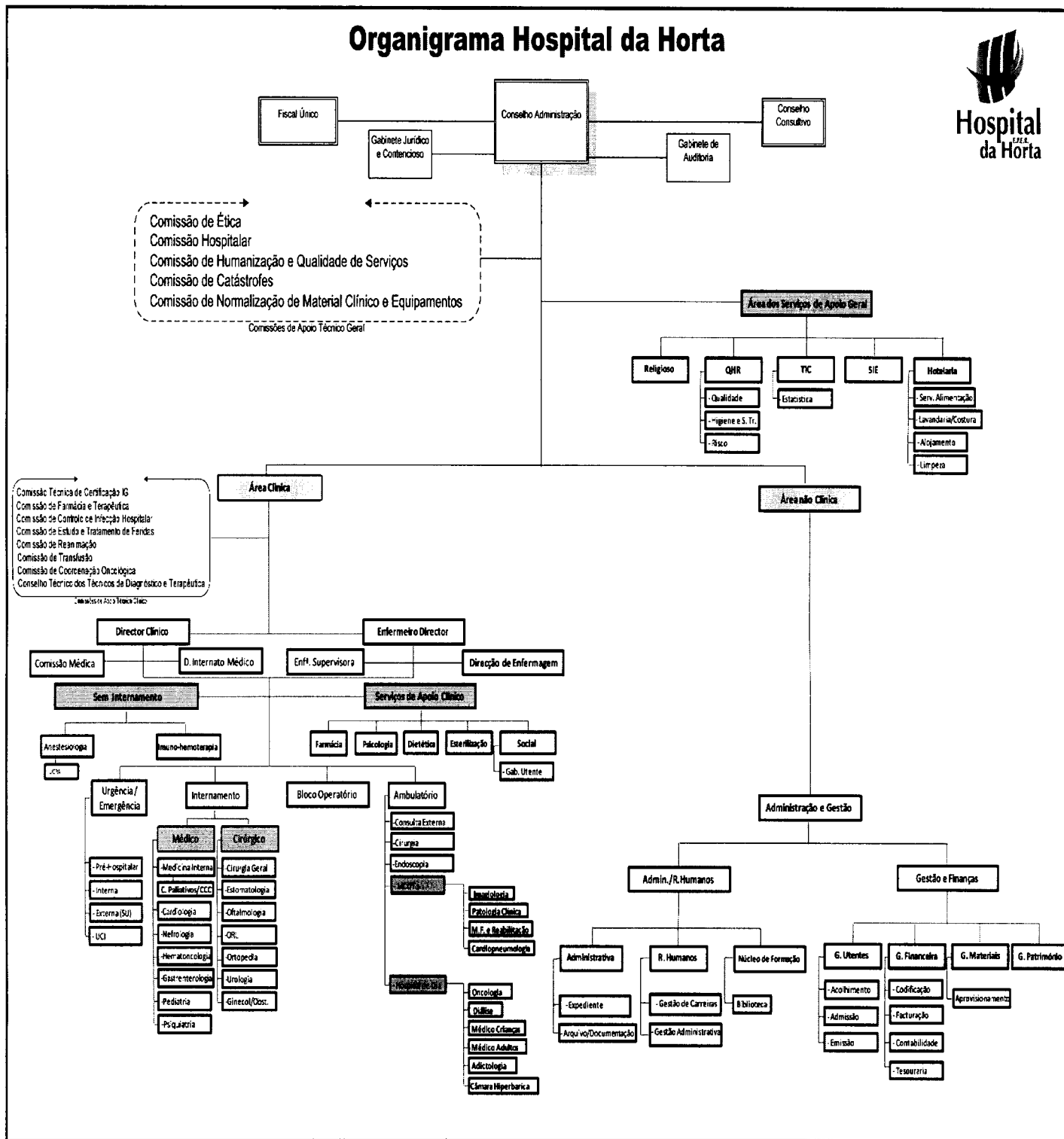
EFFECTIVO	UHY & Associados, SROC Lda.
SUPLENTE	A. Jacinto e Pereira da Silva, SROC

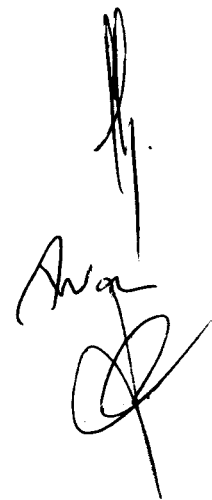
ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

DESIGNAÇÃO:	Hospital Horta, EPER
NIF	512103070
ENDEREÇO	Estrada Príncipe Alberto do Mónaco 9900-038 Horta



3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL





4. ATIVIDADE GLOBAL EM 2017

4.1 RECURSOS HUMANOS

4.1.1. – Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Hospital da Horta, EPER, é composto por um Presidente e dois vogais, sendo um Diretor Clínico e um Enfermeiro Diretor.

4.1.2 – Tipo de vínculo

No quadro seguinte pode-se analisar a composição e evolução dos recursos humanos no Hospital da Horta, adiante designado por HH. Como se pode verificar, em 31 de Dezembro de 2017, trabalhavam no HH 485 colaboradores efetivos, o que reflete um aumento de (+1%) face ao número de profissionais que exerciam funções nesta Instituição em 2016.

Dado que a partir do ano de 2007, todas as novas contratações foram efetuadas por Contrato Individual de Trabalho, naturalmente que os colaboradores com contrato de trabalho em Funções Públicas tem vindo a diminuir nestes últimos anos, na sua maior parte devido a processos de aposentação, representando neste momento 59,59% do total de efetivos e em sentido inverso, os colaboradores com contrato individual de trabalho tem vindo a aumentar atingindo agora os 35,05%.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Handwritten signature

Tipo de Vínculo	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Contrato de Trabalho em Funções Públicas	307	66,74%	299	62,42%	289	59,59%
Contrato Individual de Trabalho	153	33,26%	164	34,24%	170	35,05%
Contrato a Termo Resolutivo Certo/Incerto			7	1,46%	6	1,24%
Cedência Interesse Público			6	1,25%	6	1,24%
Comissão de Serviço			3	0,63%	2	0,41%
Outros					12	2,47%
Total Efetivos	460	100%	479	100%	485	100%
Contrato Prestação de Serviços	1	1	14	21,88%	5	13,16%
Programas ocupacionais/estágios	1	1	33	51,56%	20	52,63%
Internos do Internato Médico	23	1	17	26,56%	13	34,21%
Total	23	1	64	100%	38	100%

4.1.3 – Grupos Profissionais

Através do quadro seguinte, e como é habitual em instituições desta natureza, pode-se verificar que o grupo profissional com maior número de efetivos no HH, são os Assistentes Operacionais (162), seguidos dos Enfermeiros (155) e dos Médicos (38).



	Qtd.	%	Qtd.	%		Qtd.	%	
Órgãos de Direção	2	0,43%	3	0,63%	50%	3	0,62%	0%
Médicos	33	7,17%	38	7,93%	15%	38	7,84%	0%
Enfermeiros	137	29,78%	143	29,85%	4%	155	31,96%	8%
Técnicos Superiores de Saúde	2	0,43%	2	0,42%	0%	2	0,41%	0%
Técnicos Superiores	14	3,04%	18	3,76%	29%	18	3,71%	0%
Docentes	1	0,22%	1	0,21%	0%	1	0,21%	0%
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	32	6,96%	36	7,52%	13%	35	7,22%	-3%
Informática	5	1,09%	6	1,25%	20%	6	1,24%	0%
Assistentes Técnicos	61	13,26%	62	12,94%	2%	64	13,20%	3%
Assistentes Operacionais	172	37,39%	169	35,28%	-2%	162	33,40%	-4%
Capelão	1	0,22%	1	0,21%	0%	1	0,21%	0%
Total	460	100%	479	100%	4%	485	100%	1%

4.1.4 – Género

Como se pode concluir pelo quadro abaixo, no HH o género feminino prevalece com 383 colaboradoras, o que representa 79% do total de trabalhadores. Esta prevalência faz-se sentir em todos os grupos profissionais à exceção da Informática, no qual o número de trabalhadores do género feminino é igual ao número de trabalhadores do género masculino.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Orgãos de Direção	1	2
Médicos	21	17
Enfermeiros	133	22
Técnicos Superiores de Saúde	2	
Técnicos Superiores	12	6
Docentes	1	
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	28	7
Informática	3	3
Assistentes Técnicos	58	6
Assistentes Operacionais	124	38
Capelão		1
Total	383	102

4.1.5 – Níveis Etários

No que concerne à distribuição por faixas etárias, pode-se verificar que a faixa etária com maior expressão no HH é a compreendida entre os 31 e os 35 anos com 16,70% seguida da faixa etária entre os 51 e os 55 anos com 15,46%. De referir ainda que, 213 colaboradores se encontram entre os 31 e 45 anos, o que representa 43,91% do total de efetivos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Faixas Etárias	Qtd.	%
<21	0	0,00%
21-25	13	2,68%
26-30	40	8,25%
31-35	81	16,70%
36-40	64	13,20%
41-45	68	14,02%
46-50	53	10,93%
51-55	75	15,46%
56-60	59	12,16%
61-65	27	5,57%
>65	5	1,03%
Total	485	

4.1.6 – Habilitações Literárias

Os níveis habilitacionais dos colaboradores do HH são elevados. Como se pode verificar no quadro seguinte, 54,02% dos trabalhadores possuem grau académico superior, o que se deve à complexidade e especificidade da área de atuação deste tipo de instituições.

Nível habilitacional	Qtd.	%
4º ano	47	9,69%
6º ano ou equivalente	62	12,78%
9º ano ou equivalente	46	9,48%
11º ano	12	2,47%
12º ano ou equivalente	56	11,55%
Bacharelato	16	3,30%
Licenciatura	240	49,48%
Pós-Graduação	1	0,21%
Mestrado	4	0,82%
Doutoramento	1	0,21%
Total	485	100%



4.2 MOVIMENTO ASSISTENCIAL

Do ponto de vista assistencial, o ano de 2017, foi marcado por um aumento da procura de cuidados em todas as linhas de produção, quando comparado com 2016. No quadro seguinte, apresenta-se a evolução da produção nos últimos 3 anos:

Produção Global

Linha de Produção	Indicador	2015	2016	2017	Var. 2016/2015		Var. 2017/2016	
					Abs	%	Abs	%
Internamento (1)	Lotação (s/ berçário e SO)	116	116	100	0	0%	-16	-14%
	N.º Doentes Saídos (2)	3.089	3.087	3.124	-2	0%	37	1%
	N.º Doentes Saídos (3)	3.308	3.319	3.355	11	0%	36	1%
	Dias de Internamento (2)	19.745	20.237	21.041	492	2%	804	4%
Consulta Externa	Primeiras	14.512	15.431	15.849	919	6%	418	3%
	Subsequentes	33.076	32.064	34.204	-1.012	-3%	2.140	7%
	Total de Consultas	47.588	47.495	50.053	-93	0%	2.558	5%
Hospital de Dia	Sessões	17.562	18.488	19.149	926	5%	661	4%
	Doentes Tratados	1.881	1.878	1.695	-3	0%	-183	-10%
Intervenções Cirúrgicas	Convencional	1.191	921	973	-270	-23%	52	6%
	Ambulatória	1.191	1.377	1.442	186	16%	65	5%
	SIGIC	0	0	5	0	0%	5	100%
	Total Programada	2.382	2.298	2.415	-84	-4%	117	5%
	Urgente	385	386	506	1	0%	120	31%
	Total	2.767	2.684	2.926	-83	-3%	242	9%
Número de Urgências		20.961	21.343	21.571	382	2%	228	1%

(1) Trata-se dos doentes saídos do hospital e não do total dos doentes saídos por serviço. Não estão contabilizadas as transferências entre serviços.

(2) Não inclui os doentes saídos pelo Berçário.

(3) Inclui os doentes saídos pelo Berçário.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Analisando-se primeiramente a informação respeitante às linhas de produção no internamento, podemos verificar que no ano de 2017 houve um ligeiro acréscimo nos doentes saídos (+1%) incluindo já o movimento ocorrido no berçário. Relativamente aos dias de internamento, deparamo-nos também com um aumento de (+4%) face a 2016.

Na consulta externa, o total de consultas efetuadas em 2017 ascendeu a 50.053, o que representa um aumento de (+5%) relativamente a 2016. Em termos de primeiras consultas, foram efetuadas (+418) do que no ano anterior, enquanto nas consultas subsequentes a variação foi de (+2140). Em termos globais, o crescimento ocorrido na atividade da consulta externa resulta da continuidade no investimento que o hospital tem efetuado não só, na contratação de mais médicos especialistas, como também na estabilização dos quadros médicos já existentes nas especialidades de Ortopedia, Medicina Interna e Fisiatria.

O hospital de dia verificou este ano um ligeiro aumento no número de sessões realizadas (+4%), inversamente o número de doentes tratados diminuiu (-10%), o que se explica em grande parte pela redução na atividade do hospital de dia de oncologia.

No respeitante á atividade cirúrgica no hospital, constata-se uma subida em todos os tipos de cirurgia, nomeadamente (+6%) na convencional, (+5%) na ambulatória e (+31%) na urgente.

Por fim, na urgência foi registado um aumento no numero de admissões face a 2016, em (+1%).



4.2.1 - Internamento

No quadro seguinte podemos aferir da atividade no internamento em termos do número de doentes saídos, nº de dias de internamento e demora média.

Produção no Internamento por Serviço

Serviços	N.º de Doentes Saídos do Serviço*					N.º de Dias de Internamento					Demora Média				
	2015	2016	%	2017	%	2015	2016	%	2017	%	2015	2016	%	2017	%
Cardiologia	80	83	4%	75	-10%	387	391	1%	242	-38%	4,84	4,71	-3%	3,23	-32%
Cirurgia Geral	602	487	-19%	447	-8%	4.434	3.431	-23%	3545	3%	7,37	7,05	-4%	7,93	13%
Cuidados Paliativos	-	-	-	10	-	-	-	-	95	-	-	-	-	9,50	-
Estomatologia	6	3	-50%	3	0%	12	8	-33%	5	-38%	2,00	2,67	33%	1,67	-38%
Gastroenterologia	223	187	-16%	127	-32%	930	909	-2%	702	-23%	4,17	4,86	17%	5,53	14%
Ginecologia	108	59	-45%	98	66%	355	256	-28%	446	74%	3,29	4,34	32%	4,55	5%
Hematologia	3	9	200%	1	-89%	21	122	481%	8	-93%	7,00	13,56	94%	8,00	-41%
Hemato-oncologia	72	64	-11%	10	-84%	810	989	22%	88	-91%	11,25	15,45	37%	8,80	-43%
Medicina Hiperbárica	0	1	100%	0	-100%	0	1	100%	0	-100%	0,00	1,00	100%	0,00	-100%
Medicina Interna	593	666	12%	736	11%	5.276	5.329	1%	6577	23%	8,90	8,00	-10%	8,94	12%
Medicina Interna II (Pico)	10	376	100%	449	19%	32	1.481	100%	1840	24%	3,20	3,94	23%	4,10	4%
Nefrologia	54	51	-6%	65	27%	435	349	-20%	555	59%	8,06	6,84	-15%	8,54	25%
Obstetria	339	353	4%	358	1%	1.415	1.482	5%	1329	-10%	4,17	4,20	1%	3,71	-12%
Oftalmologia	86	19	-78%	12	-37%	187	59	-68%	79	34%	2,17	3,11	43%	6,58	112%
Ortopedia	348	375	8%	383	2%	2.685	2.914	9%	2953	1%	7,72	7,77	1%	7,71	-1%
Otorrinolaringologia	135	125	-7%	109	-13%	557	391	-30%	369	-6%	4,13	3,13	-24%	3,39	8%
Pediatria	322	289	-10%	273	-6%	846	905	7%	779	-14%	2,63	3,13	19%	2,85	-9%
Psiquiatria	33	34	3%	24	-29%	260	292	12%	154	-47%	7,88	8,59	9%	6,42	-25%
UCI	66	77	17%	71	-8%	428	441	3%	390	-12%	6,48	5,73	-12%	5,49	-4%
Urologia	135	124	-8%	211	70%	675	487	-28%	885	82%	5,00	3,93	-21%	4,19	7%
Total Doentes Saídos do Hospital**	3.089	3087	0%	3124	1%	19.745	20.237	2%	21.041	4%	6,39	6,56	3%	6,74	3%
Berçário	219	232	6%	231	0%	800	853	7%	845	-1%	3,65	3,68	1%	3,66	-1%

* Inclui as transferências de doentes entre serviços.

** Não inclui transferências internas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Em 2017, o número de doentes saídos do internamento aumentou (+1%) comparativamente a 2016. Na sua grande maioria trataram-se de doentes do foro da Medicina Interna, tipicamente com patologias múltiplas, provavelmente relacionadas com o envelhecimento da população e uma degradação do ambiente socioeconómico com reflexos no seu estado de saúde.

Ainda na tabela anterior, podemos analisar a produção do internamento por serviço. As especialidades que apresentaram o maior número de doentes internados para além da já referida Medicina Interna foram a Cirurgia Geral e a Ortopedia. Inversamente a Medicina Hiperbárica, a Estomatologia e a Hematologia são as especialidades que menos concorrem para o movimento de doentes internados no hospital.

Analisando a variação do número de doentes saídos dentro de cada especialidade, verifica-se que a Urologia e Ginecologia são as que mais crescem e que em sentido inverso, as especialidades que registaram maior diminuição de atividade este ano, são a Hemato-Oncologia e a Gastroenterologia.

Relativamente à demora média anual, esta aumentou para os 6,74 dias, o que representa um acréscimo de (+3%) relativamente a 2016. As razões desta variação devem-se a dificuldades de atribuição de altas, por causas sociais e dificuldades na integração dos utentes na rede dos cuidados continuados.

Os serviços que apresentam maior demora média são a Medicina Interna com 8,94 dias, a Hemato-oncologia com 8,80 dias e a Nefrologia com 8,54 dias. Relativamente aos serviços cujos doentes permanecem menos tempo internados, temos a Estomatologia com 1,67 dias, a Pediatria com 2,85 dias e a Cardiologia com 3,23 dias.



Indicadores de Atividade

INTERNAMENTO	SERVIÇO	Lotação (Camas)		Taxa Ocupação (%)			2017	%17/16
		2016	2017	2015	2016	%16/15		
CIRÚRGICO	CRURGIA GERAL	16	24	75,92	58,59	-23%	60,83	
	ESTOMATOLOGIA	2		1,64	1,09	-34%		
	GINECOLOGIA	7		8,15	10,02	23%		
	OFTALMOLOGIA	4		12,81	4,03	-69%		
	ORL	3		50,87	35,61	-30%		
	MEDICINA HIPERBÁRICA	1		0,00	0,27	100%		
	UROLOGIA	6		30,82	22,18	-28%		
CRIANÇA	PEDIATRIA	10	8	23,18	24,73	7%	26,68	8%
CUIDADOS PALIATIVOS			4				6,51	
MEDICINA INTERNA II (Pico)		8	8	6,56	50,58	671%	63,01	25%
MÉDICO	CARDIOLOGIA	4	32	26,51	26,71	1%	71,28	
	GASTROENTEROLOGIA	6		42,47	41,39	-3%		
	HEMATO-ONCOLOGIA	4		55,48	67,55	22%		
	HEMATOLOGIA	1		5,75	33,33	480%		
	MEDICINA INTERNA	15		96,37	97,07	1%		
	NEFROLOGIA - HEMODIÁLISE	2		59,59	47,68	-20%		
	PSIQUIATRIA	2		35,62	39,89	12%		
MULHER	OBSTETRÍCIA	11	8	35,24	36,81	4%	45,51	24%
ORTO TRAUMATOLÓGICO	ORTOPEDIA	10	12	73,56	79,62	8%	67,42	-15%
Unidade Cuidados Intensivos		4	4	29,32	30,12	3%	26,71	-11%
TOTAL		116	100	46,63%	47,67%	2%	57,65%	21%

Quanto às taxas de ocupação dos serviços com internamento (ver tabela anterior), podemos verificar que a média global anual de 2017 aumentou (+21%), face a 2016, fixando-se nos 57,65 %. Ao analisarmos, separadamente, a taxa de ocupação das especialidades médicas ronda os 71%, no Orto Traumatológico os 67% e nas especialidades cirúrgicas os 61%.



4.2.2 - Cirurgia

Na tabela seguinte podemos analisar a variação ocorrida na atividade cirúrgica realizada no HH em 2017. Como se constata, face ao período homólogo registou-se, um aumento de 9%, no total de doentes intervencionados, passando de 2.684 para 2.926 utentes.

Atividade Cirurgica Bloco Operatorio + UCA

Tipo de Cirurgia	Serviço	2015	2016	Var.16/15		2017	Var.17/16	
				Abs.	%		Abs.	%
Convencional	Cirurgia Geral	268	214	-54	-20%	220	6	3%
	Dermatologia	0	0	0	0%	1	1	0%
	Estomatologia	17	1	-16	-94%	2	1	100%
	Gastrenterologia	2	3	1	50%	3	0	0%
	Ginecologia	111	51	-60	-54%	78	27	53%
	Obstetrícia	24	24	0	0%	20	-4	-17%
	Oftalmologia	143	25	-118	-83%	23	-2	-8%
	ORL	301	287	-14	-5%	275	-12	-4%
	Ortopedia	213	230	17	8%	220	-10	-4%
	Urologia	112	86	-26	-23%	131	45	52%
	Total Convencional	1.191	921	-270	-23%	973	52	6%
Ambulatória	Cirurgia Geral	246	191	-55	-22%	212	21	11%
	Dermatologia	0	0	0	0%	2	2	0%
	Estomatologia	0	9	9	0%	4	-5	-56%
	Ginecologia	52	69	17	33%	38	-31	-45%
	Obstetrícia	1	1	0	0%	1	0	0%
	Oftalmologia	177	401	224	127%	439	38	9%
	ORL	21	61	40	190%	68	7	11%
	Ortopedia	36	56	20	56%	90	34	61%
	Urologia	48	58	10	21%	49	-9	-16%
	Total Ambulatória	581	846	265	46%	903	57	7%
SIGIC	Ortopedia	0	0	0	0%	5	5	0%
	Urgente	385	386	1	0%	506	120	31%
	Pequena Cirurgia (UCA)	610	531	-79	-13%	539	8	2%
	Total	2.767	2.684	-83	-3%	2.926	242	9%



O crescimento da cirurgia convencional foi de (+6%). Para esta variação contribuiu maioritariamente a Ginecologia com um aumento de (+53%) e a Urologia com (+52%) de cirurgias realizadas. Em sentido inverso, a ORL teve a maior descida com -12 cirurgias efetuadas.

Em termos de cirurgia ambulatória, verificou-se também um aumento de (+7%) na produção realizada. Analisando por especialidades, a Oftalmologia e a Ortopedia com (+38) e (+34) cirurgias realizadas respetivamente, tiveram as maiores variações. Por outro lado, a Ginecologia viu a sua atividade reduzida em -31 cirurgias.

A atividade cirúrgica urgente registou um crescimento bastante acentuado em 2017, com +120 intervenções do que em 2016. Este aumento de (+31%), resulta

De referir, por fim, que a pequena cirurgia efetuada na UCA teve um ligeiro aumento de (+2%), tendo sido efetuadas 539 cirurgias, mais 8 do que no ano anterior.

No quadro seguinte, podemos avaliar a lista de espera para a realização de cirurgias por especialidade e por origem do utente. Como podemos verificar a Ortopedia e a Cirurgia Geral são as especialidades que apresentam maior lista de nº de utentes em espera com 674 e 207.



Lista de espera Intervenções Cirúrgicas

	Faial	Pico Flores	Corvo	São Jorge	Outros	Total
Cirurgia Geral	98	87	13	1	8	207
Dermatologia	9	5			1	15
Ginecologia	5	8	1		1	15
Ginecologia/Obstetria	1	1				2
Obstetria	1					1
Oftalmologia	38	36	6	1	13	96
ORL	16	26	4		3	52
Ortopedia	283	276	37	3	64	674
Urologia	13	4	2		1	20
Total	464	443	63	5	91	1082

4.2.3 - Bloco de Partos

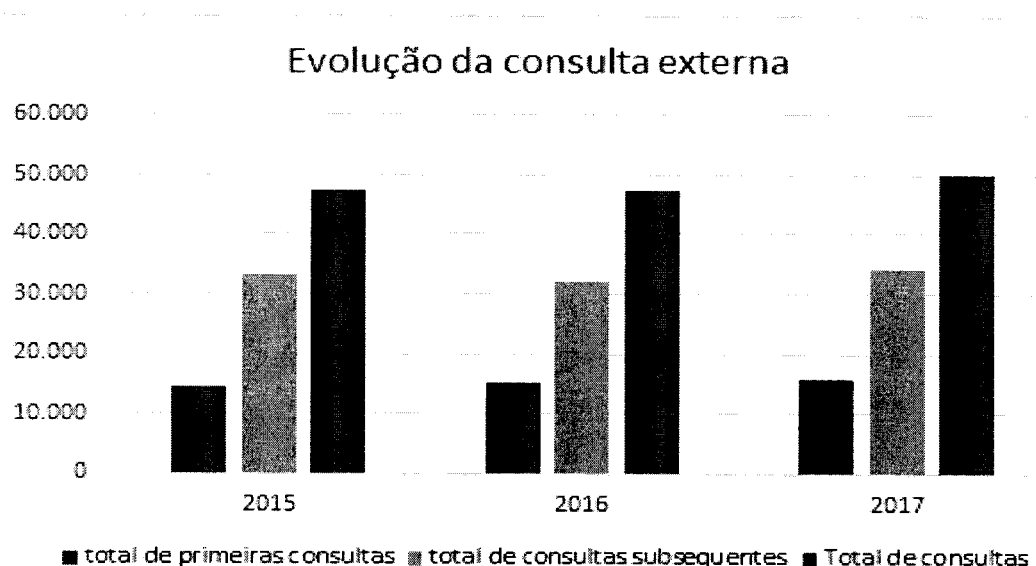
A atividade assistencial ao nível do Bloco de Partos decresceu ligeiramente em 2017, (-4%) como se pode verificar no quadro abaixo. A taxa de cesarianas manteve-se a um nível idêntico do ocorrido em 2016 (28,70%), valor este que se situa ao nível da média nacional.

Partos

Linha de Produção	Indicador	2015	2016	Var.2016/2015		2017	Var.2017/2016	
				Abs.	%		Abs.	%
Partos	Partos Eutócicos	158	151	-7	-4%	145	-6	-4%
	Partos Distócicos	63	81	18	29%	85	4	5%
	Cesarianas	50	69	19	38%	66	-3	-4%
	Outros	13	12	-1	-8%	19	7	58%
	Total	221	232	11	5%	230	-2	-1%
	% Cesarianas	22,62%	29,74%	7,12%	31,46%	28,70%	-2,76%	-4%

4.2.4 - Consulta Externa

Como se pode constatar pelo gráfico apresentado abaixo, a atividade assistencial na consulta externa em 2017, cresceu ligeiramente quando comparada com o período homólogo.



No próximo quadro podemos ler a variação no número de primeiras consultas médicas das diferentes especialidades que o hospital oferece.

Note-se que no quadro são incluídas consultas de especialidades provenientes do exterior.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Nº Primeiras Consultas Médicas por Serviço

Especialidade	2015	2016	Var. 2016/2015		2017	Var. 2017/2016	
			Abs.	%		Abs.	%
Anestesiologia Não Presencial			0	0%	153	153	100%
Anestesiologia	923	946	23	2%	715	-231	-24%
Cardiologia	555	570	15	3%	592	22	4%
Cardiologia Pediátrica	79	139	60	76%	147	8	6%
Cessação Tabágica		11	11	100%	21	10	91%
Cirurgia Geral	778	814	36	5%	756	-58	-7%
Cirurgia (Cirurgia Ambulatória)	368	175	-193	-52%	239	64	37%
Consulta Prévia IVG	37	31	-6	-16%	34	3	10%
Decisão Terapêutica		63	63	100%	73	10	16%
Dermatologia	425	620	195	46%	1285	665	107%
Diabetes/Gravidez	63	78	15	24%	75	-3	-4%
Dor	24	44	20	83%	60	16	36%
Estomatologia	483	490	7	1%	530	40	8%
Fisioterapia	510	454	-56	-11%	636	182	40%
Gastroenterologia	815	1122	307	38%	817	-305	-27%
Ginecologia	669	534	-135	-20%	476	-58	-11%
Hematologia	101	73	-28	-28%	92	19	26%
Imuno Alergologia	186	150	-36	-19%	136	-14	-9%
Imunohemoterapia	96	84	-12	-13%	61	-23	-27%
Medicina do Trabalho	53	15	-38	-72%	12	-3	-20%
Medicina Interna	618	663	45	7%	722	59	9%
Medicina/Diabetes	145	130	-15	-10%	99	-31	-24%
Medicina/Hiperbárica	25	1	-24	-96%	33	32	3200%
Nefrologia	26	61	35	135%	89	28	46%
Neurologia	269	152	-117	-43%	138	-14	-9%
Neuropediatria	20	14	-6	-30%	33	19	136%
Obesidade	31	29	-2	-6%	24	-5	-17%
Obstetrícia	321	343	22	7%	333	-10	-3%
Oftalmologia	1685	1916	231	14%	1662	-254	-13%
Oncologia	84	73	-11	-13%	101	28	38%
ORL	1695	1747	52	3%	1595	-152	-9%
ORL/Vertigens	149	151	2	1%	139	-12	-8%
Ortopedia	1.322	1.544	222	17%	1496	-48	-3%
Pé Diabético	25	44	19	76%	31	-13	-30%
Pediatria	414	428	14	3%	462	34	8%
Pensos/Tratamentos			0	0%	3	3	100%
Planeamento Familiar	139	130	-9	-6%	164	34	26%
Pl. Familiar/Adolescentes	9	19	10	111%	18	-1	-5%
Pneumologia	0	94	94	100%	152	58	62%
Psiquiatria	269	438	169	63%	461	23	5%
Psiquiatria/Aditologia	33	39	6	18%	54	15	38%
Revisão de Parto	0	0	0	0%	1	1	100%
Senologia	45	45	0	0%	50	5	11%
Urologia	551	466	-85	-15%	490	24	5%
Ventilação Não Invasiva (Pneum.)		16	16	100%	114	98	613%
Total	14040	14956	916	7%	15374	418	3%



Como se pode constatar, o hospital em 2017 teve mais 418 (3%) primeiras consultas médicas realizadas.

No que se refere á evolução por especialidade, destaca-se a evolução positiva nas primeiras consultas de dermatologia (+ 665 consultas realizadas), fisiatria (+ 182 consultas realizadas) e pneumologia (+ 58 consultas realizadas). Estes aumentos resultam da reconstituição das equipas médicas existentes, suprimindo deste modo necessidades previamente identificadas.

No sentido oposto, as especialidades que apresentam uma maior variação negativa em termos de primeiras consultas médicas realizadas foram a gastro (-305 consultas realizadas), a oftalmologia (-254 consultas realizadas) e a ORL (-152 consultas realizadas).

Nº Primeiras Consultas Não Médicas

Especialidade	2015	2016	Var.2016/2015		2017	Var.2017/2016	
			Abs.	%		Abs.	%
Dietética	201	198	-3	-1%	195	-3	-2%
Dietética/Diabetes Gravidez	60	81	21	35%	70	-11	-14%
Obesidade/Dietética	30	28	-2	-7%	25	-3	-11%
Obesidade/Psicologia	31	25	-6	-19%	22	-3	-12%
Psicologia	117	108	-9	-8%	116	8	7%
Psicologia/Aditologia	33	35	2	6%	47	12	34%
Total	472	475	3	1%	475	0	0%

Relativamente ao número de primeiras consultas não médicas, verificou-se uma produção idêntica à de 2016, destacando-se apenas um ligeiro crescimento de 34% nas consultas de Psicologia/Aditologia.



Nº de Consultas Médicas Subsequentes

Especialidade	2015	2016	Var.2016/2015		2017	Var.2017/2016	
			Abs.	%		Abs.	%
Anestesiologia Não Presencial			0	0%	2	2	100%
Anestesiologia	41	44	3	7%	26	-18	-41%
Cardiologia	1.568	1340	-228	-15%	1385	45	3%
Cardiologia Pediátrica	98	81	-17	-17%	77	-4	-5%
Cessação Tabágica	0	12	12	100%	34	22	183%
Cirurgia Geral	756	708	-48	-6%	830	122	17%
Cirurgia (Cirurgia Ambulatória)	106	320	214	202%	552	232	73%
Consulta Prévia IVG	8	14	6	75%	59	45	321%
Decisão Terapêutica		8	8	100%	3	-5	-63%
Dermatologia	209	310	101	48%	580	270	87%
Diabetes/Gravidez	569	414	-155	-27%	388	-26	-6%
Dor	126	138	12	10%	153	15	11%
Estomatologia	1.084	1027	-57	-5%	989	-38	-4%
Fisioterapia	713	1033	320	45%	897	-136	-13%
Gastroenterologia	1.805	655	-1.150	-64%	1008	353	54%
Ginecologia	641	289	-352	-55%	411	122	42%
Hematologia	440	390	-50	-11%	260	-130	-33%
Imuno Alergologia	461	380	-81	-18%	469	89	23%
Imunohemoterapia	902	887	-15	-2%	809	-78	-9%
Medicina do Trabalho	275	16	-259	-94%	1	-15	-94%
Medicina Interna	1.153	1327	174	15%	1460	133	10%
Medicina/Diabetes	1037	943	-94	-9%	1019	76	8%
Medicina/Hiperbárica	11	3	-8	-73%	17	14	467%
Nefrologia	514	551	37	7%	688	137	25%
Neurologia	253	260	7	3%	178	-82	-32%
Neuropediatria	104	90	-14	-13%	92	2	2%
Obesidade	122	121	-1	-1%	133	12	10%
Obstetrícia	1.744	1964	220	13%	1834	-130	-7%
Oftalmologia	1.620	1685	65	4%	1658	-27	-2%
Oncologia	2.430	2427	-3	0%	1724	-703	-29%
ORL	1783	1833	50	3%	1945	112	6%
ORL/Vertigens	170	196	26	15%	258	62	32%
Ortopedia	1222	1452	230	19%	1648	196	13%
Pé Diabético	537	318	-219	-41%	190	-128	-40%
Pediatria	1806	1894	88	5%	2184	290	15%
Pensos/Tratamentos	0	0	0	0%	436	436	100%
Planeamento Familiar	1343	1294	-49	-4%	1131	-163	-13%
Pl. Familiar/Adolescentes	5	3	-2	-40%	2	-1	-33%
Pneumologia	0	68	68	100%	230	162	238%
Psiquiatria	2366	2688	322	14%	2919	231	9%
Psiquiatria/Aditologia	507	446	-61	-12%	410	-36	-8%
Revisão de Parto	181	189	8	4%	216	27	14%
Senologia	53	47	-6	-11%	58	11	23%
Urologia	1232	1155	-77	-6%	1651	496	43%
Ventilação Não Invasiva (Pneum.)	0	18	18	100%	120	102	567%
Total	29.995	29038	-957	-3,19%	31134	2.096	7,22%




No que respeita às consultas médicas subsequentes, verificamos que em 2017 foram realizadas mais 2096 consultas, o que corresponde a uma variação de (+7%) face a 2016. Contribuíram para este aumento as especialidades de Urologia (+496 consultas), Gastro (+353 consultas) e Pediatria (+290 consultas), facto atribuível ao maior número de altas.

Em sentido inverso, a Oncologia (-703 consultas), a Fisiatria (-136 consultas) e a Obstetrícia (-130 consultas) registaram um decréscimo de atividade em termos de consultas médicas subsequentes bastante significativas.

Nº Consultas Subsequentes Não Médicas

Especialidade	2015	2016	Var.2016/2015		2017	Var.2017/2016	
			Abs.	%		Abs.	%
Dietética	833	842	9	1%	818	-24	-3%
Dietética/Diabetes Gravidez	60	46	-14	-23%	25	-21	-46%
Obesidade/Dietética	190	163	-27	-14%	166	3	2%
Obesidade/Psicologia	53	55	2	4%	42	-13	-24%
Psicologia	1161	1122	-39	-3%	1206	84	7%
Psicologia/Auditologia	784	798	14	2%	813	15	2%
Total	3.081	3026	-55	-2%	3070	44	1%

Nas consultas não médicas subsequentes, registou-se um ligeiro acréscimo de (+1%) em 2017, em grande parte devido á produção da psicologia que teve mais 84 consultas realizados do que em 2016.



No próximo quadro, apresentamos um resumo da atividade ocorrida na consulta externa.

Resumo da atividade na consulta externa

Atividade	2015	2016	Var.2016/2015		2017	Var.2017/2016	
			Abs.	%		Abs.	%
Total de 1 ^o s consultas médicas	14.040	14.956	916	6,52%	15.374	418	2,75%
Total de consultas médicas subsequentes	29.995	29.030	-965	-3,22%	31.134	2.104	7,25%
Total de consultas médicas	44.035	43.986	-49	-0,11%	46.508	2.522	5,73%
% de 1 ^o s consultas no total	31,88%	34,00%	0	6,64%	33,06%	0	-2,78%
Total de 1 ^o s consultas não médicas	472	475	3	0,64%	475	0	0,00%
Total de consultas não médicas subsequentes	3.081	3.026	-55	-1,79%	3.070	44	1,45%
Total de consultas não médicas	3.553	3.501	-52	-1,46%	3.545	44	1,26%
% de 1 ^o s consultas no total	13,28%	13,57%	0	2,13%	13,40%	0	-1,24%
Total de consultas	47.588	47.487	-101	-0,21%	50.053	2.566	5,40%

Como podemos verificar o total de consultas realizadas em 2017 aumentou (+5,40%), face a 2016. No respeitante ao rácio 1^os consultas no total de consultas realizadas, este decresceu ligeiramente (-2,78%) o que reflete uma pequena diminuição em termos de acessibilidade.

Na tabela seguinte apresentamos a lista de espera para as primeiras consultas por especialidade e por proveniência do utente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Lista de Espera para 1^{as} Consultas

31/12/2017

Especialidade	Origem							Total
	HH	USI FAIAL	USI PICO	USI FLORES	USI CORVO	USI S. JORGE	USI GRACIOSA	
ANESTESIOLOGIA	27							27
CARDIOLOGIA	3							3
CARDIOLOGIA PEDIATRICA a)	93	5	5					103
CESSACAO TABAGICA	2							2
CIRURGIA	10	8	14			1		33
CIRURGIA AMBULATORIA	15	16	24	1		1		57
DERMATOLOGIA	22	6	25			2		55
DIETETICA	3							3
DOR	2	1						3
ESTOMATOLOGIA	3	1	3					7
FISIATRIA	114	53	102		1	1		271
GASTRENTEROLOGIA	53	30	80		2	2		167
GINECOLOGIA	34	23	58	6	1			122
HEMATOLOGIA	2	3	2					7
IMUNO ALERGOLOGIA	36	4	13			1	1	55
MEDICINA INTERNA	18		3					21
MEDICINA/DIABETES	6	4	1					11
MEDICINA/HIPERBARICA	2							2
NEUROLOGIA a)	62	20	76		1	2		161
NEUROPEDIATRIA a)	42		6					48
OBESIDADE	4							4
OFTALMOLOGIA	62	47	130	2		1		242
ONCOLOGIA	2							2
ORL	22	14	14		1	1		52
ORL (AMBULATORIA)	1							1
ORL/VERTIGENS	3							3
ORTOPEDIA	20	30	38	5		7		100
PE DIABETICO	1							1
PEDIATRIA	5	7	17	4			1	34
PEDOPSIQUIATRIA a)	41		2	2		1		46
PNEUMOLOGIA	8	4	4					16
PSICOLOGIA	4							4
PSIQUIATRIA	14		38					52
SENOLOGIA	3		5					8
UROLOGIA	3	1						4
VENTILACAO NAO INVASIVA	1		1					2
TOTAL	743	277	661	20	6	20	2	1729

a) Especialidades não residentes



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Como se pode constatar as especialidades que apresentam maiores listas de espera são a Fisiatria com 271, seguida da Oftalmologia com 242 e do Gastro com 167 utentes. No sentido inverso, a consulta de Cessão Tabágica, a Cardiologia e a Urologia tem listas de espera bastante reduzidas com 2 e 3 utentes respetivamente.



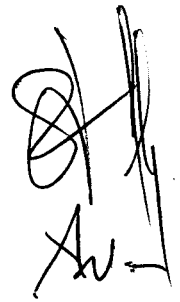
4.2.5 - Hospital de Dia

Na tabela seguinte temos a evolução da atividade do hospital de dia em termos de sessões realizadas e doentes tratados.

Após termos assistido nos últimos anos a um crescimento bastante acentuado do Hospital de Dia nomeadamente com a abertura de novas valências como a Adictologia, Pediatria e Adulto, deparamo-nos, em 2017, com uma diminuição na atividade assistencial deste serviço no número de doentes tratados em (-9,74%). Para esta variação negativa contribui em grande parte a Oncologia com -290 doentes. Em contrapartida o Hospital de Dia do Adulto teve uma subida considerável de (+76,81 %) face a 2016.

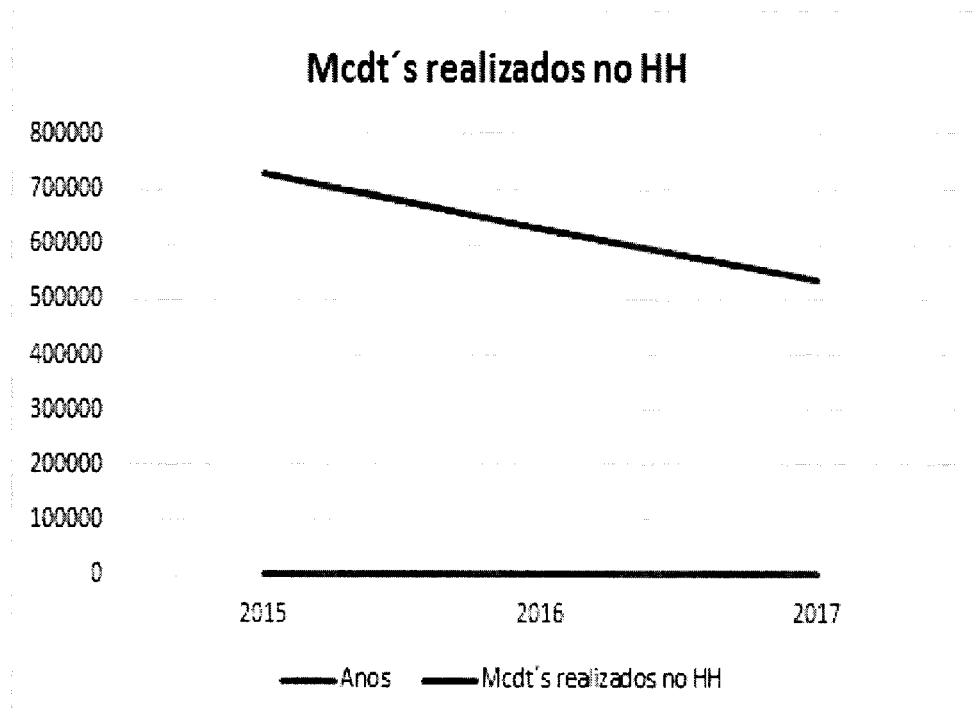
Hospital de Dia

Especialidade	2015	2016	Var.2016/2015		2017	Var.2017/2016	
			Abs.	%		Abs.	%
Aditologia	9.341	10.978	1.637	17,52%	11.079	101	0,92%
Adulto	258	242	-16	-6,20%	382	140	57,85%
Nefrologia	5.833	5.238	-595	-10,20%	5.816	578	11,03%
Oncologia	1.940	1.904	-36	-1,86%	1.731	-173	-9,09%
Pediatria	190	126	-64	-33,68%	141	15	11,90%
Total Sessões	17.562	18.488	926	5,27%	19.149	661	3,58%
Aditologia	114	148	34	29,82%	156	8	5,41%
Adulto	59	69	10	16,95%	122	53	76,81%
Nefrologia	148	163	15	10,14%	213	50	30,67%
Oncologia	1496	1439	-57	-3,81%	1149	-290	-20,15%
Pediatria	64	59	-5	-7,81%	55	-4	-6,78%
Doentes Tratados	1881	1878	-3	-0,16%	1695	-183	-9,74%



4.2.6 - Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

Pela análise do gráfico seguinte, verifica-se uma diminuição em 2017 dos Mcdt's realizados no hospital.



Na tabela seguinte, apresentamos os diferentes meios complementares de terapêutica por proveniência de pedidos.



JANEIRO A DEZEMBRO 2017

[REDACTED]								
Transfusões por componente:								
Concentrado Eritrócitos (CE)	360	0	82	52	60	49	0	603
Concentrado Plaquetas (CPS)	0	0	0	0	0	0	0	0
Pool Concentrado Plaquetas (CPP)	15	0	0	2	3	0	0	20
Plasma Humano Inativado	82	0	11	0	15	0	0	108
C. Factor VIII	1000	0	0	0	0	0	0	1000
C. Factor IX	0	0	0	0	0	8	0	8
Medicina Física e de Reabilitação	24921	51281	255	166	0	6	475	77104
Outros Tratamentos	4871	884	2923	55782	12	318	20	64810
Injectáveis	5	7	887	6516	0	0	0	7415
Quimioterapia Endovenosa	54	0	0	1537	0	0	0	1591
Quimioterapia Oral	1	1	0	1093	0	0	0	1095
Diálise Peritoneal	12	0	0	3431	0	0	0	3443
Diálise Regular	41	0	0	3459	0	0	0	3500
TOTAL	31362	52173	4158	72038	90	381	495	160697

Como se constata o Hospital de Dia e a Consulta Externa são os responsáveis por grande parte dos exames solicitados, seguido do Internamento. Os atos de terapêuticos mais requisitados são os atos de Medicina Física e Reabilitação e os outros tratamentos que englobam por exemplo, oxigenoterapia e soroterapia

De seguida, podemos observar os exames complementares de diagnósticos realizados no hospital por proveniência.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



JANEIRO A DEZEMBRO 2017

Análises Clínicas	58669	98506	41891	8556	24	77064	6722	291432
Angiografias Oftalmológicas	0	75	0	0	0	0	0	75
Biometrias Oftalmológicas	0	189	0	0	0	0	0	189
Biópsias	107	707	14	6	0	10	54	898
Biópsias Prostáticas	0	82	0	0	0	0	0	82
Campos Visuais	0	359	0	0	0	0	0	359
Cistoscopias	5	108	5	0	1	0	0	119
Colonoscopias	37	382	1	0	0	6	82	508
Ecografias Cardiológicas	292	610	56	4	0	5	2	969
Ecografias Gerais	287	2148	285	17	2	2544	161	5444
Ecografias Obstétricas	1	833	0	0	0	0	0	834
Ecografias Oftalmológicas	0	232	2	0	0	0	0	234
Ecografias Urológicas	80	347	125	1	0	79	7	639
Electrocardiogramas	596	1627	1420	21	0	23	13	3700
Endoscopias Digestivas Altas	105	409	16	0	0	13	11	554
Ensinos Enfermagem	0	131	0	1498	0	0	0	1629
Exames Anestesia	121	523	10	1	0	8	77	740
Exames Audiologia	304	1540	88	0	0	29	13	1974
Exames Cardiologia	1	5	0	0	0	0	0	6
Exames Cardiocografia	331	66	0	0	0	0	0	397
Exames Cirurgia	0	333	4	0	0	0	0	337
Exames Dietética	1505	3	0	0	0	0	0	1508
Exames Estomatologia	0	1274	0	0	0	0	0	1274
Exames Gastrenterologia	22	374	6	2	0	12	0	416
Exames Imunoalergologia	0	0	0	1	0	0	0	1
Exames Obstetrícia/Ginecologia	59	178	0	0	0	0	0	237
Exames Oftalmológicos	1	10682	197	0	0	0	0	10880
Exames ORL	56	1378	43	0	0	2	8	1487
Exames Ortopedia	0	107	25	0	0	0	0	132
Exames Pneumologia	65	1134	1	8	0	4	11	1223
Exames Radiológicos	2189	4181	5567	52	43	389	345	12766
Exames Urologia	9	9	2	0	0	0	0	20
Foto-Coagulação Laser (Argon)	0	23	0	0	0	0	0	23
Hemodiálise	13	2	0	9360	0	0	0	9375
Holter	31	199	9	3	0	0	6	248
Mamografias	6	257	0	2	1	51	27	344
Mapa	3	63	4	0	0	1	2	73
Medulogramas	3	1	0	6	0	0	1	11
Outros Exames	0	6	0	0	0	0	0	6
Oxigenoterapia Hiperbárica	0	0	0	0	0	0	582	582
Pacemaker (revisão)	0	50	0	0	0	0	0	50
Pequena Cirurgia	1	174	40	0	0	0	0	215
Provas de Esforço	5	126	0	0	0	1	0	132
Retinografia	0	594	4	0	0	0	0	598
TAC	1032	2030	372	9	6	1212	99	4760
Tomografia Coerência Ótica	2	1681	9	0	0	0	0	1692
Urofluxometrias	0	144	0	0	0	0	0	144
TOTAL	65938	133882	50196	19547	77	81453	8223	359316



A consulta externa é responsável pelo maior número exames requisitados, logo seguida do internamento e centros de saúde. Dentro dos meios complementares de diagnóstico as análises clínicas e os exames radiológicos representam grande parte da produção realizada.

Na próxima tabela podemos observar os exames requisitados por especialidade e que são realizados por laboratórios externos. Constatase que em 2017, a atividade subiu ligeiramente face a 2016, (+4%), o que resulta do facto da produção na consulta externa ter aumentado.

Avaliando por áreas verificamos que a Patologia Clínica e a Microbiologia são as mais requisitadas.



Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica Realizados no Exterior

Área	2015	2016	Var.2016/2015		2017	Var.2017/2016	
			Abs.	%		Abs.	%
Imagiologia	203	198	-5	-2%	155	-43	-22%
TAC	2	8	6	300%	2	-6	-75%
RMN	201	190	-11	-5%	153	-37	-19%
Outros			0	0%	91	91	100%
Anatomia Patológica	2.430	2.427	-3	0%	2.992	565	23%
Anatomopatológicos	2.300	2.368	68	3%	2.889	521	22%
Biopsias	1	0	-1	-100%	0	0	0%
Citológicos	129	59	-70	-54%	103	44	75%
Patologia Clínica	10.738	10.979	241	2%	11.035	56	1%
Bioquímicas	741	844	103	14%	1.067	223	26%
Hematológicas	65	100	35	54%	107	7	7%
Imunológicas	1.768	1.692	-76	-4%	2.328	636	38%
Microbiológicas	7.760	7.819	59	1%	6.876	-943	-12%
Outras	404	524	120	30%	657	133	25%
Gastroenterologia	93	79	-14	-15%	51	-28	-35%
Endoscopia	13	7	-6	-46%	9	2	29%
Outros	80	72	-8	-10%	42	-30	-42%
Med. Física e Reabilitação	16	9	-7	-44%	32	23	256%
Cardiologia	36	65	29	81%	26	-39	-60%
Neurologia	63	92	29	46%	37	-55	-60%
EEG	20	9	-11	-55%	16	7	78%
EMG	43	83	40	93%	21	-62	-75%
Oftalmologia	4	4	0	0%	0	-4	-100%
Pneumologia	0	11	11	100%	2	-9	-82%
Urologia	15	13	-2	-13%	21	8	62%
Ginecologia / Obstetria	132	63	-69	-52%	35	-28	-44%
Outros Exames e Tratamentos	185	164	-21	-11%	220	56	34%
Total	13.915	14.104	189	1%	14.606	502	4%

Nota: Há exames que apesar de poderem ser realizados no MH, é também autorizada a sua realização no exterior quando o utente se encontra deslocado.

4.2.7 – Deslocação de doentes

Na tabela seguinte temos a evolução do número de doentes deslocados nos últimos 3 anos. Como podemos verificar houve um aumento em 2017 de (+5%) no número de doentes deslocados face a 2016.

Deslocação de doentes para o exterior

Destino	2015	2016	Var.2016/2015		2017	Var.2017/2016	
			Abs.	%		Abs.	%
Doentes - Privada (Faial e Pico)	7	15	8	114%	12	-3	-20%
Acompanhantes	3	1	-2	-67%	7	6	600%
Doentes - Terceira	212	216	4	2%	231	15	7%
Acompanhantes	101	112	11	11%	139	27	24%
Doentes - São Miguel	412	430	18	4%	366	-64	-15%
Acompanhantes	263	252	-11	-4%	240	-12	-5%
Doentes - Lisboa	801	806	5	1%	862	56	7%
Acompanhantes	662	690	28	4%	761	71	10%
Doentes - Porto	59	62	3	5%	71	9	15%
Acompanhantes	52	43	-9	-17%	61	18	42%
Doentes - Coimbra	51	42	-9	-18%	50	8	19%
Acompanhantes	40	30	-10	-25%	38	8	27%
Doentes - Estrangeiro	1	1	0	0%	1	0	0%
Acompanhantes	1	1	0	0%	1	0	0%
total doentes + Acomp.	2.665	2.701	36	1%	2.840	139	5%

Relativamente aos destinos dos hospitais e clínicas a que os doentes se deslocam, verificamos que houve uma redução nos doentes deslocados para São Miguel. Em contrapartida Lisboa registou mais 56 utentes deslocados.



5. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Com referência às atividades previstas no plano para 2017, o objetivo fundamental do hospital foi o de prestar cuidados de qualidade aos doentes através da prática clínica integrada de todas as valências médicas que dispõe, da diversificação de serviços e da evolução tecnológica que permita maior segurança e qualidade de diagnóstico. Resumidamente as ações implementadas pelo CA neste período foram as seguintes:

- *Na área de investimento e desenvolvimento de projetos*

Obras para instalação temporária do aprovisionamento;

Remodelação da antiga cirurgia e melhoramentos na sala de trabalho médico;

Realização de obras na antiga fisioterapia para instalação de gabinetes médicos de apoio para a codificação, biblioteca, direção do internato e sala de reuniões e terapia familiar;

Renovação parcial do parque informático;

Estudo e plano da reestruturação da Área Ambulatória, SU/UCI e diálise;

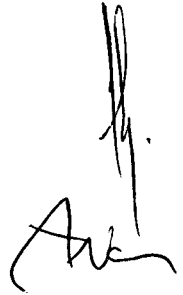
Plano de requalificação do heliporto;

Estudo financeiro e plano de cobertura hospitalar de todas as especialidades 24h;

Estudo de desempenho do BO e plano de alteração do funcionamento do BO;

Plano de aquisição de RM, ecografia morfologia e mamografia digital com estereotaxia;

Plano de aquisição de broncofibroscopia;



Aquisição de sistema de videoprojeção e sistema de som para o auditório;
Instalação da aplicação de Manutenção e Assistência Técnica;
Instalação da aplicação de Urologia;
Upgrade E-doclink;
Upgrade Easylink ;
Instalação aplicação GPC;
Instalação da aplicação de controlo de visitas;
Instalação da aplicação Mobilware;

- ***Na área de organização interna***

Regulamento interno e organigrama do HH;
Regulamento do BO;
Regulamento do Ambulatório;
Regulamento e Monografia de Apoio na Contratação de Prestadores;
Normas de deslocação de doentes de acordo com a respetiva Portaria;
Depuração das listas de espera;
Processo de contratualização médica;
Alocação dos serviços administrativos e de gestão;
Protocolo de Doação de Órgãos e certificação do hospital;
Concurso do SU com redução de custos;
Renovação do contrato de aluguer de viaturas com redução de custos;
Comemorações do dia do Hospital.



- ***Na área da formação e recursos humanos***

Formação de codificadores;

Idoneidade formativa parcial em Medicina Interna;

Formação de staff e Plano de Catástrofes;

Continuação do apoio financeiro para o cumprimento do programa do Núcleo de Formação;

Contratação de 2 médicos especialistas (1 Cirurgião e 1 Médico de Medicina Interna);

Contratação de 1 técnico superior de análises;

Contratação de 12 enfermeiros para cumprir com as dotações seguras exigidas pelo acordo estabelecido entre a Ordem dos Enfermeiros e o Ministério da Saúde para as diferentes áreas clínicas;

Contratação de um técnico superior de comunicação;

Abertura de concursos internos para Assistentes Graduados Seniores;

- ***Na área clínica***

Introdução permanente da anestesia epidural;

Investimento em material cirúrgico de ortopedia;

Investimento em diversos equipamentos de oftalmologia;

Investimento na cirurgia geral, nomeadamente em material laparoscópico;

Investimento em histeroscopia na ginecologia;

Aquisição de material de cistoscopia para urologia;

Compra de aventais protetores de radiação para o BO e Radiologia;

Remodelação dos monitores de hemodialise e central de tratamento de águas;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Circuito cirúrgico e gestão de listas de espera;

Sistema de gestão de filas de exames e consultas;

Gabinete de gestão de listas de espera e consultas;

Sistema de comunicação e avisos de eventos e doentes ambulatoriais;

7. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em 2017, o Hospital da Horta continuou com a implementação da estratégia definida desde 2013, de melhoria da sustentabilidade, refletida num conjunto de medidas com o intuito de reduzir gradualmente a despesa de exploração e melhoria da atividade assistencial.

Deste modo, o exercício de 2017 termina com um resultado líquido negativo de (-2.067.815,47 €). Este valor comparativamente ao resultado líquido de 2016, que foi de (-3.698.750,30 €), traduz-se numa melhoria de (+56%). Na tabela seguinte, é apresentada a evolução do resultado líquido dos últimos 3 anos.

Evolução do resultado líquido

Rúbricas	2015	2016	%	2017	%
Total de proveitos	30.262.787	26.055.813	-14%	28.311.464	9%
Total de custos	-30.245.139	-29.754.563	-2%	-30.379.280	2%
Resultado líquido do exercício	17.648	-3.698.750	-21059%	-2.067.815	56%



Custos

Apesar do hospital ter prosseguido com a estratégia iniciada em anos anteriores de controlo e redução de custos, o aumento nos custos com pessoal devido às reposições salariais e acréscimo de efetivos para fazer face a necessidades urgentes, resultou num aumento do total de custos em (+2%), face a 2016.

Analisando agora a estrutura de custos por rúbricas, podemos verificar que a conta de consumos ascende a 5,65M€, representando 17% dos custos totais. Comparando-se com 2016, não houve variação nesta rúbrica, destacando-se um aumento de (+53%) nos gastos de manutenção como consequência da degradação das instalações de alguns serviços do hospital.

Evolução dos custos com consumos

Rúbricas	2015	2016	Var.2016/2015		2017	Var.2017/2016	
			Abs.	%		Abs.	%
<i>Produtos farmacêuticos</i>	3.499.895	3.589.978	90.083	3%	3.500.222	-89.755	-3%
Material de consumo clínico	1.086.329	1.266.326	179.997	17%	1.316.846	50.519	4%
Material de consumo hoteleiro	45.079	50.577	5.498	12%	47.665	-2.913	-6%
Material de consumo administrativo	64.622	68.550	3.928	6%	62.347	-6.204	-9%
Material de conservação e reparação	76.903	90.419	13.516	18%	138.398	47.979	53%
Total	4.772.828	5.065.852	293.024	6%	5.065.478	-374	0%



No próximo quadro, é-nos mostrado a evolução dos custos com os fornecimentos e serviços externos, os quais totalizam 18% dos custos totais. Como podemos verificar, registou-se um aumento de custos face ao período homólogo, em (+9%).

As rubricas que mais contribuíram para esta variação, foram os trabalhos especializados ((+50%) ,os honorários em (+46%) e Mcdt's realizados no exterior (+38%).

Evolução dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos

Rúbricas	2015	2016	Var.2016/2015		2017	Var.2017/2016	
			Abs.	%		Abs.	%
Subcontratos:							
Contratação Medica Externa	987.660	976.537	-11.123	-1%	1.048.169	71.632	7%
M.C.D.T's Realizados exterior	238.671	259.450	20.779	9%	358.639	99.189	38%
Comparticipação de medicamentos	479.820	0	-479.820	-100%	34.752	34.752	100%
Internamentos no exterior (psiquiatria)	268.418	144.306	-124.112	-46%	157.340	13.033	9%
Deslocações de doentes	1.997.506	1.873.751	-123.755	-6%	1.842.492	-31.259	-2%
Fornecimentos e serviços:							
Electricidade	332.868	333.862	994	0%	326.059	-7.803	-2%
Combustíveis	164.066	145.282	-18.784	-11%	166.041	20.759	14%
Água	40.901	36.618	-4.283	-10%	42.771	6.153	17%
Livros e documentação técnica	6.814	2.845	-3.970	-58%	608	-2.237	-79%
Rendas e alugures	45.458	43.606	-1.852	-4%	47.409	3.803	9%
Comunicação	50.060	49.104	-956	-2%	48.365	-739	-2%
Transporte de mercadorias	43.543	57.463	13.921	32%	56.007	-1.456	-3%
Deslocações e estadas	109.436	136.182	26.746	24%	147.408	11.226	8%
Honorários	353.150	294.937	-58.213	-16%	430.974	136.037	46%
Conservação e reparação	337.282	448.727	111.445	33%	428.391	-20.336	-5%
Limpeza, higiene e conforto	180.241	185.927	5.686	3%	211.412	25.485	14%
Vigilância e segurança	38.893	39.164	271	1%	40.741	1.577	4%
Trabalhos especializados	390.058	289.902	-100.156	-26%	434.090	144.188	50%
Outros fornecimentos e serviços	203.728	119.214	-84.514	-41%	111.857	-7.357	-6%
Total	6.268.574	5.436.877	-831.696	-13%	5.933.525	496.648	9%



Evolução dos custos com pessoal

Rúbricas	2015	2016	Var. 2016/2015		2017	Var. 2017/2016	
			Abs.	%		Abs.	%
Remunerações dos órgãos sociais	205.490	226.306	20.816	10%	232.913	6.607	3%
Remunerações do pessoal:							
Pessoal médico	3.919.793	4.170.546	250.753	6%	4.858.431	687.885	16%
Pessoal de enfermagem	3.067.094	3.082.505	15.411	1%	3.345.449	262.944	9%
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	756.181	800.033	43.852	6%	792.527	-7.506	-1%
Pessoal assistente técnico	799.097	797.187	-1.910	0%	782.663	-14.524	-2%
Pessoal assistente operacional	1.749.219	1.723.853	-25.366	-1%	1.756.244	32.391	2%
Técnicos superiores e equiparados	1.358.938	1.357.764	-1.174	0%	1.517.390	159.626	12%
Prémios para pensões	600.000	0	-600.000	-100%	165.404	165.404	100%
Encargos sobre remunerações	2.687.009	2.789.220	102.211	4%	2.987.960	198.740	7%
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	20.503	26.371	5.868	29%	28.328	1.957	7%
Outros custos com o pessoal	441.302	342.061	-99.241	-22%	209.102	-132.959	-39%
Total	15.604.626	15.315.846	-288.780	-2%	16.676.410	1.360.564	9%

Em relação aos custos com pessoal, estes ascenderam 16,67M€, o que representa 55% dos custos totais do hospital. Relativamente a 2016, verificou-se um acréscimo de (+9%). Verificando por categorias profissionais, constatamos que o pessoal médico teve o maior aumento atendendo á reposição gradual dos vencimentos previsto no Orçamento de Estado e reposição de horas extras em atraso.




Proveitos

Em termos dos proveitos operacionais auferidos pelo Hospital da Horta em 2017 (ver quadro abaixo), verificamos que estes aumentaram (+10%) face a 2016. Esta variação positiva resulta essencialmente do aumento do valor contratualizado com Saudaçor para o financiamento da produção aos utentes do SRS, o qual atingiu os 23.709.000 €. Em 2016, o valor auferido foi de 21.639.103 €. De referir ainda, que a faturação aos outros subsistemas que garantem cobertura social em termos de doença, nomeadamente a ADSE Continente, SAD PSP, GNR e Forças Armadas, cresceu 23% como consequência da melhoria do processo de codificação clínica.

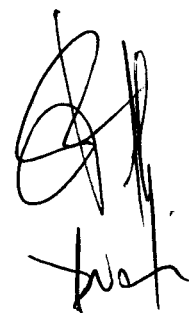
Evolução dos proveitos operacionais

Rúbricas	2015	2016	Var.2016/2015		2017	Var.2017/2016	
			Abs.	%		Abs.	%
Vendas de medicamentos	16.447	18.964	2.517	15%	30.158	11.194	59%
Prestação de serviços							
Contrata Programa (SRS)	21.000.000	21.639.103	639.103	3%	0	-21.639.103	-100%
Outros subsistemas	3.054.781	2.102.249	-952.532	-31%	2.593.033	490.784	23%
Proveitos suplementares	4.242.543	27.465	-4.215.078	-99%	25725	-1.740	-6%
Subsídios á exploração	531.030	849.045	318.015	60%	24.372.171	23.523.126	2771%
Proveitos operacionais	135.123	76.746	-58.377	-43%	44.249	-32.497	-42%
Total	28.979.923	24.713.572	-4.266.351	-15%	27.065.336	2.351.764	10%



8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

É nossa proposta que o resultado líquido negativo, de (-2.067.815 €) seja transferido para resultados transitados.



9. INDICADORES DE GESTÃO

9.1 Indicadores de desempenho específico associados a financiamento

O Contrato-Programa define as orientações e objetivos de gestão no âmbito da prestação de serviços e cuidados de saúde, em termos de produção contratada, custos e incentivos atribuídos em função do cumprimento de objetivos de qualidade e eficiência.

Na tabela seguinte, podemos verificar os resultados realizados versus as metas propostas.

Objetivos de desempenho

Indicador	Descrição	Area	Meta 2017	Realizado	Desvio
DA.2	Demora média	Incentiva a eficiencia.	7,00	6,74	-0,26
DA.5	Taxa de reinternamentos a 30 dias	Monitorização dos reinternamentos	6,00%	9,70%	3,70%
DA.6	Nível de cumprimento da produção hospitalar	Avaliação do cumprimento da produção contratualizada			
		Consulta externa	43.994	40.623	-3371
		Hospital de dia	16.535		-16535
		GDH Cirurgicos de Ambulatorio	1.147		-1147
		GDH Medicos de Ambulatorio	4.540		-4540
DA.33	% de partos por cesariana	Doentes Saidos(codificados em GDH)	3.082	3.124	42
DA.34	cirurgias programadas para procedimentos ambulatorizáveis		27,00%	28,70%	1,70%
			65,00%	59,59%	-5,41%



Como podemos constatar, em termos da demora média hospitalar, o objetivo proposto de 7 dias foi melhorado, tendo se registado uma demora média de 6,74 dias.

No parâmetro da taxa de readmissões a 30 dias, o hospital apresenta um desvio de 3,70% face á meta proposta de 6%, terminando o ano de 2017 com uma taxa de readmissões de 9,70%.

Relativamente à produção hospitalar contratualizada, em termos de consultas externas o hospital efetuou -3371 consultas do que a meta estabelecida. No respeitante aos doentes saídos (codificados em GDH) , registou-se + 42 utentes do que o proposto.

Na percentagem de partos por cesariana, do total de partos realizados 28,70% foram por cesariana, o que representa um desvio de 1,70% face ao objetivo estipulado.

Por fim, no que diz respeito á percentagem de cirurgias ambulatorias no total de cirurgias programadas para procedimentos ambulatorizáveis, o valor atingido de 59,59 %, ficou aquém do objetivo proposto de 65%, o que representa um desvio (-5,41%).



9.2 Recursos Humanos

No quadro seguinte podemos analisar alguns indicadores relacionados com os recursos humanos. Estes dados não incluem os internos do complementar.

Indicadores de recursos humanos

Indicadores	2015	2016	2017
Efetivos Globais/Lotação	3,97	4,13	4,85
Nº de dias de internamento/Efetivos Globais	42,92	42,25	43,38
Médicos /Enfermeiros	0,24	0,27	0,25
Médicos /Técnicos Diagnostico e Terapeutica	1,03	1,06	1,09
Doentes Sidos/Medicos	100,24	87,34	88,29
Doentes Sidos/Enfermeiros	24,15	23,21	21,65

Lendo a informação contida na tabela apresentada, constata-se que o indicador Efetivos Globais versus Lotação subiu ligeiramente em 2017 em virtude do aumento dos colaboradores efetivos.

O indicador Número de Dias Internamento por Efetivos Globais teve um aumento de 42.25 para 43,38 face variação registada nos dias de internamento (+4%).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



O indicador Médicos por Enfermeiros desceu este ano em virtude do aumento dos enfermeiros contratados em 2017. Inversamente o rácio Médicos/ Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica aumentou este ano em virtude da redução em 1 elemento dos efetivos dos técnicos.

O aumento no número de dentes saídos em 2017 implicou um acréscimo no indicador Doentes Saídos por Médico, enquanto que, nos Doentes Saídos por Enfermeiro, ocorreu o posto face à entrada de 12 profissionais da categoria.



9.3) Económico-Financeiros

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro

Desempenho económico -financeiro	2016	2017	Variação
Resultados			
Resultado Operacional	-4.833.800	-3.267.469	68%
Ebitda	-1.105.156	-610.149	55%
Resultado líquido (RAI)	-3.691.808	-2.067.815	56%
Balanco			
Ativo	52.237.090	52.235.492	0,00%
Passivo	93.641.235	95.707.452	2,21%
Capital Próprio	-41.404.145	-43.471.960	4,99%
Disponibilidades	50.911	346.181	579,97%
Indicadores estruturais			
Autonomia Financeira	-79%	-83%	5,00%
Solvabilidade	-44%	-45%	2,73%
Grau de endividamento	179%	183%	2,21%

Relativamente aos indicadores de desempenho económico – financeiro, verificamos que em 2017, o hospital alcançou um EBITA de -610.149€, o que representa uma variação de (+55%) face a 2016. Este facto resulta de um aumento do financiamento ocorrido em 2017.

Quanto ao balanço, à data de 31 de Dezembro de 2017, os ativos do HH atingem os 52,23M€ e os capitais próprios sendo negativos, ascendem a - 43,47M€, sendo o passivo exigível de 95,70 M€.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



O rácio da autonomia financeira traduz a capacidade de dependência de capitais alheios, em detrimento de capitais próprios, relacionando a sua proporção com o ativo, tendo este indicador aumentado 5,00% face a 2016.

Em termos de solvabilidade, o qual mede a proporção entre capitais próprios e alheios e quanto maior o indicador maior a capacidade do hospital em solver os seus passivos, verificamos também um incremento de 2,73%.

Por fim, o grau de endividamento aumentou 2,21 %, evidenciando a percentagem do Passivo sobre o Ativo, quanto maior o resultado maior o grau de endividamento.

BALANÇO EM 31 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

unid: euros

	Notas	EXERCICIO CORRENTE			EXERCICIO ANTERIOR
		Ativo bruto	Amortizações e ajustamentos	Ativo líquido	Ativo líquido
ATIVO					
Imobilizado					
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação		80.321,15	80.321,15	-	-
	6	<u>80.321,15</u>	<u>80.321,15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais		4.592.042,00	-	4.592.042,00	4.592.042,00
Edifícios e outras construções		42.222.435,76	17.858.573,33	24.363.862,43	26.477.229,38
Equipamento básico		9.634.214,78	8.757.714,33	876.500,45	791.041,76
Equipamento de transporte		35.380,00	35.380,00	-	1.375,31
Ferramentas e utensílios		43.146,47	21.561,77	21.584,70	15.938,75
Equipamento administrativo		1.758.026,27	1.652.150,02	105.876,25	137.591,30
Taras e vasilhame		69.824,54	69.824,54	-	-
Outras imobilizações corpóreas		152.252,38	97.639,89	54.612,49	50.033,69
Imobilizações em curso		81.517,47	-	81.517,47	161.757,47
	7	<u>58.588.839,67</u>	<u>28.492.843,88</u>	<u>30.095.995,79</u>	<u>32.227.009,66</u>
Circulante					
Existências					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	31 e 33	1.368.000,12	239.629,49	1.128.370,63	1.133.956,21
		<u>1.368.000,12</u>	<u>239.629,49</u>	<u>1.128.370,63</u>	<u>1.133.956,21</u>
Dívidas de terceiros - Curto prazo					
Cientes c/c	39	13.464.092,59		13.464.092,59	11.320.825,34
Instituições do Ministério da Saúde	39	6.381.965,04		6.381.965,04	6.380.085,36
Cientes e utentes de cobrança duvidosa	39	911.344,94	911.344,94	-	-
Adiantamentos a fornecedores	39	1.236,94		1.236,94	2.775,04
Estado e outros entes públicos	26	121.357,61		121.357,61	143.729,39
Outros devedores	39	1.357,70	-	1.357,70	10.583,24
		<u>20.881.354,82</u>	<u>911.344,94</u>	<u>19.970.009,88</u>	<u>17.857.998,37</u>
Depósitos em instituições financeiras e caixa:					
Depósitos em instituições financeiras		323.162,25		323.162,25	27.990,66
Caixa		23.018,97		23.018,97	22.920,44
		<u>346.181,22</u>	<u>-</u>	<u>346.181,22</u>	<u>50.911,10</u>
Acréscimos e diferimentos					
Acréscimos de proveitos	41	694.934,69		694.934,69	967.214,90
		<u>694.934,69</u>	<u>-</u>	<u>694.934,69</u>	<u>967.214,90</u>
Total de amortizações			28.573.165,03		
Total de provisões			1.150.974,43		
Total do activo		<u>81.959.631,67</u>		<u>52.235.492,21</u>	<u>52.237.090,24</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

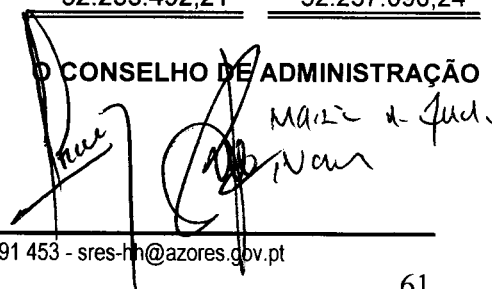
unid: euros

	Notas	EXERCICIO CORRENTE	EXERCICIO ANTERIOR
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos próprios			
Capital estatutário	32	33.300.000,00	33.300.000,00
Reservas:			
Legais	32	3.529,55	3.529,55
Doações	32	3.582,99	3.582,99
Resultados transitados	32	(74.711.257,25)	(71.012.506,95)
Subtotal		<u>(41.404.144,71)</u>	<u>(37.705.394,41)</u>
Resultado líquido do exercício		(2.067.815,47)	(3.698.750,30)
Total dos fundos próprios	32	<u><u>(43.471.960,18)</u></u>	<u><u>(41.404.144,71)</u></u>
Passivo			
Provisões			
Provisões para riscos e encargos	31	<u>2.239.183,17</u>	<u>2.952.803,17</u>
		<u><u>2.239.183,17</u></u>	<u><u>2.952.803,17</u></u>
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
Empréstimos bancários	27	8.166.234,22	11.324.739,88
Outros credores	40	<u>4.183.843,59</u>	<u>5.650.557,03</u>
		<u><u>12.350.077,81</u></u>	<u><u>16.975.296,91</u></u>
Dívidas a terceiros - Curto prazo			
Adiantamentos de clientes, utentes e instituições MS	40	1.158,20	2.581,11
Fornecedores c/c	40	10.486.210,48	10.000.981,59
Empréstimos obtidos	27	3.411.556,81	3.302.917,60
Fornecedores de imobilizado c/c	40	164.172,78	352.979,53
Estado e outros entes públicos	26	567.270,62	600.979,46
Outros credores	40	<u>51.216.734,03</u>	<u>43.540.485,31</u>
		<u><u>65.847.102,92</u></u>	<u><u>57.800.924,60</u></u>
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de custos	41	3.173.228,48	2.906.856,81
Proveitos diferidos	41	<u>12.097.860,01</u>	<u>13.005.353,46</u>
		<u><u>15.271.088,49</u></u>	<u><u>15.912.210,27</u></u>
Total do passivo		<u><u>95.707.452,39</u></u>	<u><u>93.641.234,95</u></u>
Total dos fundos próprios e do passivo		<u><u>52.235.492,21</u></u>	<u><u>52.237.090,24</u></u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

unid: euros

	Notas	EXERCICIO CORRENTE	EXERCICIO ANTERIOR
CUSTOS E PERDAS			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	33	5.065.477,72	5.065.851,67
Fornecimentos e serviços externos	42	5.933.524,80	5.436.877,18
Custos com o pessoal:			
Remunerações	43	13.285.615,94	12.246.905,49
Encargos sociais:			
Pensões	43	165.404,14	-
Outros	43	3.225.389,89	3.068.940,68
Amortizações do exercício	6 e 7	2.536.383,79	2.591.605,10
Ajustamentos e provisões	31	120.936,27	1.137.039,65
Outros custos e perdas operacionais		73,01	152,78
		<u>30.332.805,56</u>	<u>29.547.372,55</u>
Custos e perdas financeiros			
Juros e custos similares	37	39.663,97	90.001,41
		<u>30.372.469,53</u>	<u>29.637.373,96</u>
Custos e perdas extraordinárias	38	6.810,14	110.247,33
		<u>30.379.279,67</u>	<u>29.747.621,29</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	26	-	6.942,07
		<u>30.379.279,67</u>	<u>29.754.563,36</u>
Resultado líquido do exercício		<u>(2.067.815,47)</u>	<u>(3.698.750,30)</u>
		<u>28.311.464,20</u>	<u>26.055.813,06</u>
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e prestações de serviços:			
Vendas	35	30.157,74	18.963,70
Prestações de serviços	35	2.593.033,42	2.102.249,37
Proveitos suplementares	36	25.725,15	27.464,52
Transferências e subsídios correntes obtidos:			
Transferências - Tesouro	36	23.709.000,00	21.639.103,00
Transferências correntes obtidas	36	590.000,00	838.655,21
De outras entidades	36	73.171,31	10.390,00
Outros proveitos e ganhos operacionais		44.249,01	76.746,38
		<u>27.065.336,63</u>	<u>24.713.572,18</u>
Proveitos e ganhos financeiros			
Outros juros e proveitos similares	37	23.981,03	50.395,57
		<u>27.089.317,66</u>	<u>24.763.967,75</u>
Proveitos e ganhos extraordinários	38	1.222.146,54	1.291.845,31
		<u>28.311.464,20</u>	<u>26.055.813,06</u>
Resumo:			
Resultados operacionais		(3.267.468,93)	(4.833.800,37)
Resultados financeiros		(15.682,94)	(39.605,84)
Resultados correntes		(3.283.151,87)	(4.873.406,21)
Resultados antes de impostos		(2.067.815,47)	(3.691.808,23)
Resultado líquido do exercício		<u>(2.067.815,47)</u>	<u>(3.698.750,30)</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

unid: euros

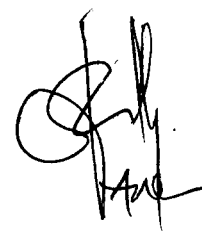
MÉTODO DIRETO	Notas	EXERCÍCIO CORRENTE	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVIDADE OPERACIONAL:			
Recebimentos de clientes		951.805,99	963.133,48
Recebimentos - contrato-programa		23.709.000,00	21.639.103,00
Pagamentos a fornecedores		(10.723.184,89)	(13.557.648,71)
Pagamentos ao pessoal		<u>(16.420.686,86)</u>	<u>(15.418.234,68)</u>
Fluxo gerado pelas operações		(2.483.065,76)	(6.373.646,91)
Recebimento/pagamento do imposto sobre o rendimento		-	(40.774,37)
Outros recebimentos/pagamentos da atividade operacional		<u>14.763,68</u>	<u>(2.509,47)</u>
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias		14.763,68	(43.283,84)
Recebimentos/pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		-	-
Fluxos das atividades operacionais		<u>(2.468.302,08)</u>	<u>(6.416.930,75)</u>
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Comparticipações financeiras ao investimento		<u>-</u>	<u>54.752,00</u>
			54.752,00
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		<u>(624.239,97)</u>	<u>(339.969,29)</u>
		(624.239,97)	(339.969,29)
Fluxos das atividades de investimento		<u>(624.239,97)</u>	<u>(285.217,29)</u>
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Adiantamentos - Sadaçor, S.A.		2.608.907,51	5.874.667,57
Subsídios obtidos		663.171,31	849.045,21
Comparticipações para financiamentos bancários		4.489.266,57	7.986.901,84
Comparticipações para juros e encargos financeiros		<u>914.105,46</u>	<u>1.335.071,18</u>
		8.675.450,85	16.045.685,80
Pagamentos respeitantes a:			
Cessão de créditos - Instituições financeiras		(1.290.703,32)	(498.680,81)
Empréstimos obtidos - Instituições financeiras		(3.049.792,57)	(7.497.052,90)
Juros e custos similares		<u>(947.068,91)</u>	<u>(1.395.100,61)</u>
		(5.287.564,80)	(9.390.834,32)
Fluxos das atividades de financiamento		<u>3.387.886,05</u>	<u>6.654.851,48</u>
Variação de caixa e seus equivalentes		295.344,00	(47.296,56)
Caixa e seus equivalentes no início do período		50.837,22	98.133,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período		346.181,22	50.837,22

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manoel de Jesus Almeida

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016



Nota introdutória

O Hospital da Horta, E.P.E.R. (abreviadamente designada por “HOSPITAL” ou “Empresa”) foi transformado em entidade pública empresarial, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro, sucedendo nos direitos e obrigações da unidade de saúde a que deu origem.

O HOSPITAL é uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro e do artigo 8º - F do Estatuto do Serviço Regional de Saúde e também é dotado de autonomia técnica.

No âmbito do diploma acima mencionado, o capital estatutário do HOSPITAL detido pela Região Autónoma dos Açores foi fixado em 33.300.000 euros, podendo ser aumentado ou reduzido por despacho conjunto dos membros do Governo Regional com competências em matérias de finanças e de saúde.

O HOSPITAL rege-se, assim, pelo respetivo diploma de criação, pelos seus regulamentos internos, pelas normas em vigor para os hospitais do Serviço Regional de Saúde que não sejam incompatíveis com a sua natureza jurídica e, subsidiariamente, pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, não estando sujeitos às normas aplicáveis aos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos autónomos.

O objeto principal do HOSPITAL é a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Regional de Saúde e dos subsistemas de saúde, ou a entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral, bem como desenvolver atividades de investigação, formação e ensino.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade é também financiada através das dotações orçamentais incluídas nos contratos-programa ou de gestão a celebrar com a Região Autónoma dos Açores, através do estabelecimento de objetivos e metas qualitativas e quantitativas que promovam o equilíbrio dos seus níveis de eficiência e que tenham como referencial os preços praticados no mercado para os diversos atos clínicos que serão anualmente fixados pelo membro do Governo Regional com competência na área da saúde.

De acordo com o contrato-programa para o triénio 2016-2018 de 18 de maio de 2016, o financiamento previsto é composto por duas componentes, sendo a primeira estabelecida através do orçamento global de 22.921.484 euros, e a segunda, de um prémio de desempenho até ao limite máximo de 1.185.450 euros, dependendo do cumprimento dos objetivos traçados.

Em 2017, as contrapartidas financeiras atribuídas a este respeito perfazem o montante de 23.709.000 euros (em 2016 – 21.639.103 euros), que foram registadas na rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos, na qual foi reconhecida ainda o montante de 787.516 euros, correspondente aos incentivos decorrentes do cumprimento dos objetivos contratualizados, nos termos do contrato de financiamento pelo desempenho de 2016.

Os trabalhadores do HOSPITAL estão sujeitos ao regime do contrato de trabalho de acordo a legislação em vigor, com exceção dos trabalhadores que transitaram da extinta unidade de saúde abrangidos pela relação jurídica de emprego público ou pelo contrato administrativo de provimento que lhes é garantida a manutenção integral do seu estatuto jurídico, designadamente no que concerne à natureza do vínculo e regime de aposentação.

As notas às contas deste Anexo respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS), sendo de referir que as não incluídas não são aplicáveis ou significativas para compreensão das demonstrações financeiras.

A Comissão de Normalização Contabilística elaborou um novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que têm aplicação obrigatória para os períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, e, nesta fase de desenvolvimento dos trabalhos de implementação desta reforma, a Administração desconhece os eventuais impactos significativos que possam afetar as demonstrações financeiras do HOSPITAL.

Todos os valores são expressos, salvo indicação em contrário, em euros.

Nota 3 – Bases de preparação das contas e critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de continuidade, prudência, consistência, especialização dos exercícios, materialidade e da substância sob a forma.

Os principais critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem essencialmente estudos e projetos, estão mostradas ao valor de custo de aquisição, deduzidas das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão mostradas ao valor de custo de aquisição, com exceção dos terrenos e outras construções avaliados em 2007, deduzidas das amortizações acumuladas.

O encargo com amortizações foi baseado numa estimativa que pretende assegurar a amortização dos ativos imobilizados durante a sua vida útil esperada.

c) Existências

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição, sendo o custo médio ponderado o método utilizado para o custeio das saídas.

d) Ajustamentos para depreciação de existências

Os ajustamentos para depreciação de existências são determinados em função da rotatividade das existências bem como da sua data de validade, no encerramento de cada exercício.

e) Ajustamentos para clientes de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para clientes de cobrança duvidosa são anualmente determinados tendo em conta a avaliação do risco de cobrabilidade dos saldos existentes, com exceção daqueles que estão relacionados com os subsistemas de saúde.

f) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos a fundo perdidos, para financiamento de imobilizações corpóreas são registados, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

g) Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos no momento em que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, com exceção dos proveitos correspondentes aos atos médicos realizados no HOSPITAL que são reconhecidos quando faturados.

h) Encargos financeiros

No âmbito das funções atribuídas à entidade gestora do sistema de saúde, que, entre outras, concentra todos os aspetos de carácter financeiro, os custos associados ao serviço da dívida remunerada, que não são considerados para a determinação dos níveis de rendibilidade da atividade do HOSPITAL, são assumidos diretamente por esta entidade, independentemente dos contratos de financiamento não terem sido por si formalizados.

i) **Encargos complementares de reforma**

Em conformidade com a legislação em vigor, o HOSPITAL tem a responsabilidade de assegurar o pagamento complementar das pensões dos reformados com vínculo à relação jurídica de emprego público, na parte correspondente ao período que não estiveram integrados no regime da Caixa Geral de Aposentações.

As responsabilidades com o pagamento das referidas pensões são estimadas anualmente pelo Hospital com base nos encargos realmente suportados.

Nota 6 – Imobilizado incorpóreo

Durante o ano de 2017 e 2016, o imobilizado incorpóreo sofreu os seguintes movimentos:

	Em 31 de dezembro de 2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Despesas de instalação	80.321	-	-	80.321
	80.321	-	-	80.321
Amortizações acumuladas				
Despesas de instalação	80.321	-	-	80.321
	80.321	-	-	80.321
Valor líquido - 2017	-			-

	Em 31 de dezembro de 2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Despesas de instalação	80.321	-	-	80.321
	80.321	-	-	80.321
Amortizações acumuladas				
Despesas de instalação	80.321	-	-	80.321
	80.321	-	-	80.321
Valor líquido - 2016	-			-

Nota 7 – Imobilizado corpóreo

O movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado corpóreo e nas respetivas rubricas de amortização resumem-se como segue:

Em 31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Aumentos	Transf. e Abates	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	4.592.042	-	-	4.592.042
Edifícios e outras construções	42.220.012	2.424	-	42.222.436
Equipamento básico	9.216.346	417.868	-	9.634.215
Equipamento de transporte	35.380	-	-	35.380
Ferramentas e utensílios	33.048	10.098	-	43.146
Equipamento administrativo	1.716.763	41.263	-	1.758.026
Taras e vasilhame	69.825	-	-	69.825
Outras imobilizações corpóreas	138.296	13.957	-	152.252
Imobilizações em curso	161.757	-	(80.240)	81.517
	58.183.470	485.610	(80.240)	58.588.840
Amortizações acumuladas				
Edifícios e outras construções	15.742.783	2.115.790	-	17.858.573
Equipamento básico	8.425.305	332.410	-	8.757.714
Equipamento de transporte	34.005	1.375	-	35.380
Ferramentas e utensílios	17.110	4.452	-	21.562
Equipamento administrativo	1.579.172	72.979	-	1.652.150
Taras e vasilhame	69.825	-	-	69.825
Outras imobilizações corpóreas	88.262	9.378	-	97.640
	25.956.460	2.536.384	-	28.492.844
Valor líquido - 2017	32.227.010			30.095.996

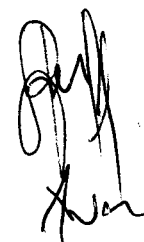
	Em 31 de dezembro de 2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Transf. e Abates	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	4.592.042	-	-	4.592.042
Edifícios e outras construções	42.220.012	-	-	42.220.012
Equipamento básico	8.969.774	246.572	-	9.216.346
Equipamento de transporte	35.380	-	-	35.380
Ferramentas e utensílios	21.463	11.586	-	33.048
Equipamento administrativo	1.640.540	76.222	-	1.716.763
Taras e vasilhame	69.825	-	-	69.825
Outras imobilizações corpóreas	112.620	25.676	-	138.296
Imobilizações em curso	85.358	76.399	-	161.757
	57.747.014	436.455	-	58.183.470
Amortizações acumuladas				
Edifícios e outras construções	13.626.994	2.115.789	-	15.742.783
Equipamento básico	8.051.011	374.294	-	8.425.305
Equipamento de transporte	31.580	2.425	-	34.005
Ferramentas e utensílios	14.741	2.368	-	17.110
Equipamento administrativo	1.489.489	89.683	-	1.579.172
Taras e vasilhame	69.825	-	-	69.825
Outras imobilizações corpóreas	81.216	7.046	-	88.262
	23.364.855	2.591.605	-	25.956.460
Valor líquido - 2016	34.382.159			32.227.010

Em 2007, as instalações do Hospital da Horta e as moradias de apoio foram objeto de uma avaliação livre, no montante 25.140.104 euros, conforme se indica:

	Terrenos	Edifícios	Total
Hospital	4.344.767	18.529.599	22.874.366
Moradias	247.263	2.018.475	2.265.738
	4.592.030	20.548.074	25.140.104

O montante emergente desta avaliação de 24.845.330 euros foi incorporado na realização do capital estatutário do Hospital da Horta, conforme previsto no Decreto Legislativo Regional nº 2/2007/A, de 24 de janeiro.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Imobilizações em curso é detalhada como se segue:



	31-12-2017	31-12-2016
Remodelação do Laboratório	7.890	7.890
Remodelação do Serviço de Urgência	44.764	44.764
Remodelação de outros serviços	28.863	28.863
Corpo C - segunda fase	-	80.240
	<u>81.517</u>	<u>161.757</u>

Nota 10 – Reavaliação dos ativos imobilizados (legislação)

As instalações do HOSPITAL e os terrenos afetos foram reavaliados por um avaliador independente conforme referido na Nota 11.

Nota 11 – Reavaliação dos ativos imobilizados

O detalhe dos custos históricos de aquisição das imobilizações corpóreas e a correspondente reavaliação em 31 de dezembro de 2017, líquidos das amortizações acumuladas, é o seguinte:

	Custo histórico	Reavaliação	Valor contabilístico
Terrenos e recursos naturais	-	4.592.042	4.592.042
Edifícios e outras construções	15.249.883	9.113.980	24.363.862
	<u>15.249.883</u>	<u>13.706.022</u>	<u>28.955.904</u>

Nota 12 – Imobilizações corpóreas e em curso

Todas as imobilizações estão afetas à atividade do HOSPITAL, não havendo ativos implantados em propriedade alheia; todavia, os terrenos e os edifícios ainda se encontram registados em nome da Região Autónoma dos Açores.

Nota 23 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa

Os saldos devedores que apresentavam riscos de cobrabilidade foram transferidos para uma rubrica específica de clientes e utentes de cobrança duvidosa, e como indicado na Nota 31, foram cobertos por um ajustamento. Estes saldos dizem respeito a:

	31-12-2017	31-12-2016
Cientes de cobrança duvidosa		
Companhias de seguros	382.542	383.613
Outros clientes	528.803	406.796
	<u>911.345</u>	<u>790.409</u>

Os ajustamentos de dívidas a receber de 911.345 euros (Nota 31) destinam-se a cobrir exclusivamente os saldos de utentes que potenciam riscos de não recebimento. Acresce, no entanto, que este reconhecimento não comporta saldos a receber relacionados com os serviços prestados aos subsistemas de saúde que ascendem a 19.331.386 euros (Nota 39).

Nota 26 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos do Estado e outros entes públicos são assim representados:

	31-12-2017		31-12-2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos especiais por conta	121.358	-	121.358	-
Pagamentos por conta	-	-	22.372	-
Imposto a pagar	-	-	-	6.942
Retenções de imposto sobre o rendimento				
Trabalho dependente	-	201.173	-	206.277
Rendimentos profissionais	-	5.070	-	6.102
Outros rendimentos	-	-	-	9.738
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a pagar	-	1.435	-	1.926
Contribuições para a segurança social				
ADSE	-	14.032	-	15.586
Caixa Geral de Aposentações	-	192.483	-	201.934
Segurança Social	-	153.077	-	152.475
	<u>121.358</u>	<u>567.271</u>	<u>143.729</u>	<u>600.979</u>

Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é reduzida em 20% (correspondendo atualmente a

uma taxa efetiva de 16,8%). Como estabelecido na Lei das Finanças Locais, o HOSPITAL está sujeita à derrama fixada pelos municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos (5 anos no que respeita à segurança social).

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

O efeito fiscal emergente das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais não foram objeto de registo contabilístico em impostos diferidos por não existirem expectativas de que o prejuízo fiscal apurado neste exercício seja recuperável durante o período previsto na legislação fiscal.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

<u>Ano de geração</u>	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>	<u>Ano de reporte</u>
2013	31.379	31.379	2017
2014	36.778	36.778	2020
2015	34.798	34.798	2021
2016	18.403	18.403	2022
	<u>121.358</u>	<u>121.358</u>	

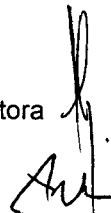
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foi estimado qualquer imposto sobre o rendimento, nem foi reconhecida as eventuais perdas que emergirão da não recuperabilidade dos pagamentos especiais por conta realizados nessa data, devido à já referida não existência de expectativas de lucros futuros.

Nota 27 – Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Empréstimos bancários resulta da seguinte composição:

	<u>31-12-2017</u>		<u>31-12-2016</u>	
	<u>Médio e longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>
Empréstimos bancários a médio e longo prazo	8.166.234	3.411.557	11.324.740	3.302.844
Depósitos à ordem	-	-	-	74
	<u>8.166.234</u>	<u>3.411.557</u>	<u>11.324.740</u>	<u>3.302.918</u>

O saldo mostrado como médio e longo prazo e respetivos encargos financeiros (suportados pela entidade gestora do sistema de saúde regional) vencem-se nos seguintes anos:



	31-12-2017		31-12-2016	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2018	-	-	3.377.554	424.776
2019	2.296.537	291.388	2.170.659	287.480
2020	2.287.288	200.036	2.261.030	197.109
2021	1.441.217	118.822	1.414.225	116.563
2022	1.056.569	59.265	1.036.817	58.144
2023 e seguintes	1.084.623	34.760	1.064.455	34.105
	<u>8.166.234</u>	<u>704.271</u>	<u>11.324.740</u>	<u>1.118.177</u>

As operações de financiamento acima mencionadas referem-se:

- 1) Ao empréstimo de longo prazo, celebrado em dezembro de 2013, com o Millennium BCP, no montante de 10.200.000 euros, e reembolsado parcialmente em 31 de dezembro de 2015, no montante 5.000.000 euros, pelo prazo de 5 anos, reembolsável em 48 prestações mensais fixas de capital de 108.511 euros cada, vencendo-se a primeira em janeiro de 2015. Os juros são calculados à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um "spread" de 7,50%. Este empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto emitida pela Região Autónoma dos Açores e pela consignação das receitas provenientes da SAUDAÇOR durante o período de vigência do empréstimo e nos montantes vencidos e não pagos;
- 2) Ao empréstimo de longo prazo, reestruturado em junho de 2015, com o Santander Totta, no montante de 4.793.476 euros, pelo prazo de 7 anos, com um período de carência de capital até dezembro de 2015, reembolsável em 26 prestações trimestrais constantes e sucessivas de capital e juros e uma no final do prazo no montante de 404.821 euros, vencendo-se a primeira prestação em março de 2016. Os juros são calculados à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um "spread" de 5,00%. Este empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto emitida pela Região Autónoma dos Açores;
- 3) Ao empréstimo de longo prazo, reestruturado em junho de 2015, com o Santander Totta, no montante de 4.850.598 euros, pelo prazo de 9 anos, com um período de carência de capital até dezembro de 2015, reembolsável em 104 prestações mensais constantes e sucessivas de capital e juros e uma no final do prazo no montante de 270.448 euros, vencendo-se a primeira prestação em janeiro de 2016. Os juros são calculados à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um "spread" de 4,00%. Este empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto emitida pela Região Autónoma dos Açores;
- 4) Ao empréstimo de longo prazo, celebrado em outubro de 2015, com o Novo Banco dos Açores, no montante de 4.000.000 euros, pelo prazo de 5 anos, reembolsável em prestações trimestrais constantes, iguais e sucessivas de capital e juros, vencendo-se a primeira prestação em abril de 2016. Os juros são calculados à

taxa EURIBOR a doze meses, acrescida de um "spread" de 4,00%. Este empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto emitida pela Região Autónoma dos Açores.

Como explicado na Nota 3 h) e 37, os encargos financeiros emergentes dos empréstimos bancários diretamente contratualizados com o HOSPITAL são suportados pela entidade gestora do sistema regional de saúde, que comporta esses encargos no seu orçamento de gastos, baseado no princípio de que a gestão da atividade dos hospitais seja exclusivamente operativa.

Nota 31 – Movimentos ocorridos nos ajustamentos e provisões

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Ajustamentos e provisões detalha-se conforme se segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Ajustamentos		
Clientes	120.936	92.953
Matérias-primas e subsidiárias	-	76.235
	<u>120.936</u>	<u>169.189</u>
Provisões		
Pensões (Nota 43)	-	439.723
Juros de mora	-	83.965
Outros riscos e encargos	-	444.163
	<u>120.936</u>	<u>1.137.040</u>

Em 2016, a rubrica de Provisões compreende, o montante de 439.723 euros, referente ao aumento da provisão para as pensões, uma verba de 83.965 euros referente aos juros de mora de fornecedores que ainda não foram aceites, e o montante de 444.163 euros, referente a encargos relacionados com produtos vendidos por farmácias, que à data de 31 de dezembro de 2016, ainda não se tinha apurado a responsabilidade de conferência e contabilização (Nota 42).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Cientes		
Saldo inicial	790.409	697.455
Aumentos	120.936	92.953
Saldo final	<u>911.345</u>	<u>790.409</u>
Outros devedores		
Saldo inicial	127.726	127.726
Utilizações	(115.386)	-
Reduções (Nota 38)	(12.340)	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>127.726</u>
Matérias-primas e subsidiárias		
Saldo inicial	239.629	163.394
Aumentos	-	76.235
Saldo final	<u>239.629</u>	<u>239.629</u>

Os saldos devedores que apresentavam riscos de cobrabilidade foram transferidos para uma rubrica específica de clientes e utentes de cobrança duvidosa, como indicado na Nota 23.

Acresce, no entanto, que este reconhecimento não comporta a totalidade dos saldos a receber relacionados com os serviços prestados aos subsistemas de saúde, sobre os quais existem alguns condicionalismos na sua integral recuperação, decorrentes das dificuldades tradicionais que existiam na sua aceitação e validação, que entretanto foram agravadas pelo facto de existir uma indefinição sobre a recuperação dos encargos com as prestações de saúde realizadas aos beneficiários da ADSE que passaram a ser suportadas diretamente pelo Sistema Nacional de Saúde (Nota 39). Sublinhe-se que ainda não foram apurados os resultados sobre o montante a recuperar (a determinar pelo grupo de trabalho) dos encargos com os atos médicos, que ascendem a 19.331.386 euros, prestados aos beneficiários do Sistema Nacional de Saúde (Nota 40).

Nota 32 – Variação nas rubricas dos Fundos próprios

O movimento ocorrido nas rubricas de Fundos próprios durante o exercício de 2017 e 2016 foi como se segue:

Em 31 de dezembro de 2017

	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldo final
Capital social	33.300.000	-	-	-	33.300.000
Reservas legais	3.530	-	-	-	3.530
Outras reservas	3.583	-	-	-	3.583
Resultados transitados	(71.012.507)	(3.698.750)	-	-	(74.711.257)
	(37.705.394)	(3.698.750)	-	-	(41.404.145)
Resultado líquido do período	(3.698.750)	3.698.750	(2.067.815)	-	(2.067.815)
	(41.404.145)	-	(2.067.815)	-	(43.471.960)

Em 31 de dezembro de 2016

	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldo final
Capital social	33.300.000	-	-	-	33.300.000
Reservas legais	-	3.530	-	-	3.530
Outras reservas	3.583	-	-	-	3.583
Resultados transitados	(71.026.625)	14.118	-	-	(71.012.507)
	(37.723.042)	17.648	-	-	(37.705.394)
Resultado líquido do período	17.648	(17.648)	(3.698.750)	-	(3.698.750)
	(37.705.394)	-	(3.698.750)	-	(41.404.145)

O HOSPITAL pode fazer as reservas julgadas necessárias, sem prejuízo da obrigação da constituição da reserva legal e da reserva para investimentos, não podendo o reforço da reserva legal ser inferior a uma percentagem inferior a 20% dos resultados anualmente apurados. Esta reserva poderá ser utilizada para cobrir eventuais prejuízos de exercício.

A reserva de investimento poderá também ser constituída/reforçada com receitas provenientes de participações, dotações, subsídios, subvenções ou quaisquer compensações financeiras que sejam destinadas para este fim.

As demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas em 26 de junho de 2017 pelo despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional da Saúde, nos termos da alínea b) do artigo 10.º do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro.

Nota 33 – Demonstração do custo das matérias consumidas

As existências finais e o custo das matérias consumidas de 2017 e 2016, resultaram do movimento a seguir indicado:

	31-12-2017	31-12-2016
Saldo inicial	1.373.586	1.180.585
Compras	5.059.892	5.258.852
Custo das matérias consumidas	<u>(5.065.478)</u>	<u>(5.065.852)</u>
Saldo final	1.368.000	1.373.586
Ajustamentos para depreciação de existências	<u>(239.629)</u>	<u>(239.629)</u>
Existências finais	<u>1.128.371</u>	<u>1.133.956</u>

Em 2017, as rubricas de Compras e Custo das matérias consumidas inclui a especialização da aquisição de material de consumo clínico, no montante de 47.604 euros, que à data de 31 de dezembro de 2017 ainda não tinha sido faturado (Nota 41).

Nota 35 – Vendas e prestações de serviços

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as Vendas e prestações de serviços tinha a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Vendas		
Matérias de consumo	30.158	18.964
Prestação de serviços		
Internamento	650.751	401.259
Consulta	256.431	262.977
Urgência	192.534	152.648
Quartos particulares	3.150	6.127
Hospital de dia	16.444	54.830
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	575.219	968.261
Taxas moderadoras	200.745	179.495
Outras prestações de serviços de saúde	<u>697.759</u>	<u>76.653</u>
	<u>2.623.191</u>	<u>2.121.213</u>

Nota 36 – Transferências e subsídios correntes obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos tinha a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Contrato-programa	23.709.000	21.639.103
Fundo Regional do Emprego	41.941	10.390
Deslocação de doentes	560.000	810.000
Fixação de médicos na Região Autónoma dos Açores	30.000	26.655
Outros subsídios	31.230	2.000
	<u>24.372.171</u>	<u>22.488.148</u>

Como referido na Nota introdutória deste anexo, o financiamento reconhecido em 2017 comporta, o montante de 787.516 euros, referente à avaliação de desempenho do ano anterior, não tendo sido estimado, o previsível a atribuir pelo desempenho do período poderá atingir o limite máximo de 1.185.450 euros.

Em 2017, a deslocação de doentes comportou um gasto de 1.069.527 euros (em 2016, 1.271.440 euros) tendo sido financiada em parte, no montante de 560.000 euros (Nota 42).

Nota 37 – Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 resultam da seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
<i>Custos e perdas</i>		
Juros de mora	32.076	85.121
Serviços bancários	3.292	976
Outros custos e perdas financeiras	4.296	3.904
	<u>39.664</u>	<u>90.001</u>
<i>Proveitos e ganhos</i>		
Juros obtidos	977	-
Descontos de acordos de pagamentos	-	39.073
Outros proveitos e ganhos financeiros	23.004	11.323
	<u>23.981</u>	<u>50.396</u>
<i>Resultados financeiros</i>	<u>(15.683)</u>	<u>(39.606)</u>

Os juros de mora debitados pelos fornecedores e outros credores são registados quando liquidados, porque, regra geral, não são exigidos.

Como referido na Nota 3 h), a entidade gestora do sistema de saúde regional assume diretamente os encargos financeiros decorrentes do serviço da dívida remunerada. Os encargos financeiros incorridos e suportados por aquela entidade no período de 2017 foram no montante de 914.105 euros (em 2016, 1.376.603 euros).

Nota 38 – Demonstração dos resultados extraordinários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os resultados extraordinários tinha a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Custos e perdas		
Dívidas incobráveis	2.284	231
Multas e penalidades	3.394	8.775
Correções relativas a exercícios anteriores	927	28.274
Outros custos e perdas extraordinários	205	72.967
	<u>6.810</u>	<u>110.247</u>
Proveitos e ganhos		
Redução de provisões - outros devedores (Nota 31)	12.340	-
Redução de provisões - pensões (Nota 43)	242.743	-
Correções relativas a exercícios anteriores	59.184	92.139
Imputação de subsídios para investimentos (Nota 41)	907.493	1.083.407
Outros proveitos e ganhos extraordinários	386	116.300
	<u>1.222.147</u>	<u>1.291.845</u>
Resultados extraordinários	<u>1.215.336</u>	<u>1.181.598</u>

As correções relativas a exercícios anteriores (perdas e ganhos), as rubricas de Outros custos e perdas extraordinárias e de Outros proveitos e ganhos extraordinários referem-se a correções de natureza diversa de rubricas de balanço, e, também, a encargos de anos anteriores que não foram especializados.

Nota 39 – Clientes e outros devedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos da rubrica de Clientes e Outros devedores podem ser assim representados:

	31-12-2017		31-12-2016	
	Médio e longo prazo	Curto prazo	Médio e longo prazo	Curto prazo
Clientes c/c				
Subsistemas de saúde	-	13.259.458	-	11.066.654
Serviço Regional de Saúde	-	7.917	-	-
Companhias de seguro	-	108.414	-	78.837
Outros clientes	-	88.303	-	175.335
Instituições do Ministério da Saúde				
Subsistemas de saúde - adiantamentos	-	6.071.928	-	6.073.599
Serviço Regional de Saúde	-	310.037	-	306.487
Clientes de cobrança duvidosa		911.345	-	790.409
	-	20.757.403	-	18.491.319
Ajustamentos para cobrança duvidosa		(911.345)	-	(790.409)
	-	19.846.058	-	17.700.911
Adiantamentos a fornecedores		1.237	-	2.775
Outros devedores				
Adiantamentos ao pessoal	-	-	-	3.485
Adiantamentos a doentes	-	-	-	382
Serviço Regional de Saúde	-	-	-	2.106
Outros devedores	-	1.358	-	4.610
Outros devedores de cobrança duvidosa	-	-	-	127.726
	-	1.358	-	138.309
Ajustamentos para cobrança duvidosa		-	-	(127.726)
	-	1.358	-	10.583

Existem historicamente enormes condicionalismos na recuperação dos saldos dos subsistemas de saúde público, decorrentes das dificuldades tradicionais que existiam na sua aceitação e validação, que entretanto foram agravadas pelo facto de existir uma indefinição sobre a recuperação dos encargos com as prestações de saúde realizadas aos beneficiários da ADSE que passaram a ser suportadas diretamente pelo Sistema Nacional de Saúde.

Em 2013, os créditos cedidos em anos anteriores sob a forma de antecipação de cobrança de faturas sem risco e devidas pelos subsistemas de saúde, que não estavam evidenciadas nas demonstrações financeiras, no total de 2.098.718 euros em 31 de dezembro de 2012, foram liquidados pelo HOSPITAL que substituiu os devedores originários na sua liquidação, mediante a obtenção de um financiamento bancário de 8.000.000 euros, e registou

essa dívida na rubrica Subsistemas de saúde - adiantamentos, no pressuposto de que esses valores venham a ser reconhecidos e liquidados pelas entidades devedoras, não havendo até à data a certeza da sua recuperação.

Nota 40 – Fornecedores e Outros credores

Os saldos referentes a Fornecedores e Outros credores resumem-se deste modo:

	31-12-2017		31-12-2016	
	Médio e longo prazo	Curto prazo	Médio e longo prazo	Curto prazo
Fornecedores				
Serviço Regional de Saúde	-	201.386	-	279.961
Instituições financeiras - juros	-	-	-	29.776
Outros fornecedores c/c	-	10.284.824	-	9.691.245
	-	<u>10.486.210</u>	-	<u>10.000.982</u>
Fornecedores de imobilizado	-	<u>164.173</u>	-	<u>352.980</u>
Adiantamentos de clientes	-	<u>1.158</u>	-	<u>2.581</u>
Outros credores				
Pessoal	-	8.669	-	32.450
Sindicatos	-	2.448	-	2.390
Reembolsos a utentes	-	12.922	-	7.597
Fundos alheios	-	2.858	-	4.185
Cessão de créditos	4.183.844	1.466.710	5.650.557	1.290.699
Serviço Regional de Saúde	-	1.299.981	-	715.276
Saudaador, S.A. - financiamentos bancários	-	39.761.346	-	35.420.850
Saudaador, S.A. - adiantamentos	-	8.491.940	-	5.883.032
Cauções de fornecedores	-	169.672	-	169.672
Cientes - saldos credores	-	-	-	12
Outros credores	-	188	-	14.321
	<u>4.183.844</u>	<u>51.216.734</u>	<u>5.650.557</u>	<u>43.540.485</u>

Nas rubricas de Fornecedores e Outros credores estão registados serviços prestados nos termos dos acordos existentes com o setor público, designadamente hospitais e unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde, ainda não liquidados em 31 de dezembro de 2017.

A entidade gestora do sistema de saúde, desde de 2015 tem reestruturado o financiamento do Sistema Regional de Saúde que, entre outras ações, compreende a assunção de alguns financiamentos bancários que tinham sido contratados diretamente pelo Hospital, bem como a concessão de adiantamentos para compensação de eventuais necessidades financeiras, classificados no balanço como uma exigibilidade a curto prazo.

O HOSPITAL considerou que os atos médicos prestados aos utentes do Sistema Regional de Saúde (SRS) no continente deveriam ser gratuitos e, nesta conformidade, anulou em 2010 todos os saldos devidos a este respeito existentes em 1 de janeiro de 2010 e, desde essa data, os encargos que lhe sido exigidos pelas entidades do Sistema Nacional de Saúde não foram reconhecidos na demonstrações financeiras.

Nos termos da Lei n.º 20/2016, de 15 de julho fica estabelecido a gratuidade da prestação de cuidados de saúde, estando dependente de resolução a determinação das dívidas existentes nessa data entre os dois sistemas de saúde, a apresentar por um grupo de trabalho criado na dependência do Ministro da Saúde (Nota 31 e 39).


O montante registado na rubrica de Cessão de créditos diz respeito às responsabilidades liquidadas pelo *Novo Banco* aos fornecedores de bens e serviços. Em janeiro de 2015, foi acordado um plano de pagamentos de forma a reembolsar o saldo em dívida de 7.780.336 euros em 72 prestações mensais de capital, vencendo-se a primeira prestação em janeiro de 2015. Os juros são calculados à taxa EURIBOR a doze meses, acrescida de um "spread" de 5,00%.

Os montantes a reembolsar a médio e longo prazo e respetivos encargos financeiros (suportados pela entidade gestora do sistema de saúde regional) são detalhados conforme se segue:

	31-12-2017		31-12-2016	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2018	-	-	1.466.710	243.639
2019	2.053.393	155.974	2.053.393	158.698
2020	2.130.450	55.589	2.130.454	56.560
	<u>4.183.844</u>	<u>211.563</u>	<u>5.650.557</u>	<u>458.897</u>

Nota 41 – Acréscimos e diferimentos

O saldo destas rubricas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é assim representado:



	31-12-2017	31-12-2016
Acréscimos de proveitos		
Prestações de serviços	694.935	967.215
	<u>694.935</u>	<u>967.215</u>
Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar:		
Férias	670.000	635.000
Subsídio de férias	640.000	625.000
Horas extraordinárias	510.000	510.000
Noites e suplementos	40.000	60.000
Encargos sobre remunerações	433.120	426.407
Outras remunerações a liquidar	832.504	568.812
Outros acréscimos de custos	47.604	81.638
	<u>3.173.228</u>	<u>2.906.857</u>
Proveitos diferidos		
Subsídios ao investimento	12.097.860	13.005.353
	<u>12.097.860</u>	<u>13.005.353</u>

O montante de 694.935 euros registado em Acréscimos de proveitos corresponde à estimativa dos atos clínicos ainda não faturados à data de 31 de dezembro de 2017.

A rubrica de Outras remunerações a liquidar, no montante de 832.504 euros, refere-se à estimativa das remunerações relativas aos acréscimos remuneratórios do pessoal de enfermagem que dizem respeito a anos anteriores e que serão liquidados nos anos subsequentes, no montante previsível de 348.241 euros, e o montante de 484.263 euros (em 2016, 220.571 euros), para as remunerações relativas ao trabalho extraordinário do pessoal médico, que ainda não tinham sido processadas e liquidadas à data de 31 de dezembro de 2017.

Em 2017, foi realizada a especialização dos gastos ainda não faturados, no montante de 47.604 euros, relacionados com a aquisição de material de consumo clínico (Nota 33).

O movimento ocorrido durante o ano na rubrica de Proveitos diferidos resume-se como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Subsídios ao investimento		
Saldo inicial	13.005.353	14.034.008
Subsídios atribuídos no ano	-	54.752
Imputação aos resultados do ano (Nota 38)	(907.493)	(1.083.407)
Saldo final	<u>12.097.860</u>	<u>13.005.353</u>

Nota 42 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os Fornecimentos e serviços externos detalham-se conforme se segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Subcontratos:		
Deslocações de doentes	1.069.527	1.271.440
Assistência ambulatoria	1.048.169	976.537
Trabalhos executados no exterior	772.966	534.125
Meios complementares diagnóstico	339.985	253.838
Internamentos	157.340	144.306
Produtos vendidos por farmácias	34.752	-
Meios complementares de terapêutica	18.654	5.612
Fornecimentos e serviços:		
Trabalhos especializados	434.090	289.902
Honorários	430.974	294.937
Conservação e reparação	428.391	448.727
Eletricidade	326.059	333.862
Limpeza, higiene e conforto	211.412	185.927
Combustíveis	166.041	145.282
Deslocações e estadas	147.408	136.182
Transporte de mercadorias	56.007	57.463
Comunicação	48.365	49.104
Rendas e alugures	47.409	47.342
Água	42.771	36.618
Vigilância e segurança	40.741	39.164
Livros e documentação técnica	608	2.845
Outros fornecimentos e serviços	111.854	183.663
	<u>5.933.525</u>	<u>5.436.877</u>

Em 2017, com a criação do Centro de Conferência de Faturas dos Açores, que é da responsabilidade da entidade gestora do sistema de saúde regional, a conferência e contabilização dos produtos vendidos por farmácias passou a ser diretamente assumido por essa entidade.

Em 2016, foi realizada a especialização dos gastos ainda não faturados, no montante de 81.638 euros, relacionados predominantemente com meios complementares diagnóstico e conservação e reparação (Nota 41).

Nota 43 – Remunerações

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os custos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações dos órgãos sociais	232.913	226.306
Remuneração base		
Pessoal médico	2.158.871	2.092.227
Pessoal de enfermagem	2.795.856	2.642.349
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	655.735	676.595
Pessoal assistente técnico	776.369	791.760
Pessoal assistente operacional	1.613.270	1.637.210
Outro pessoal	695.144	651.309
Horas extraordinárias e suplementos		
Pessoal médico	2.698.602	2.078.318
Pessoal de enfermagem	549.593	440.156
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	136.721	123.438
Pessoal assistente técnico	6.294	5.428
Pessoal assistente operacional	142.975	128.996
Outro pessoal	153.130	128.784
Subsídio de refeição	447.677	421.940
Outros suplementos	130.969	113.377
Prémios para pensões	165.404	-
Encargos sobre remunerações	2.987.960	2.789.220
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	28.328	26.371
Bolsas	47.250	69.990
Outros custos com o pessoal	253.350	272.071
	<u>16.676.410</u>	<u>15.315.846</u>

As remunerações atribuídas aos membros que integram os órgãos sociais são assim resumidas:

	31-12-2017	31-12-2016
Conselho de Administração	232.913	226.306
Fiscal Único	10.500	10.500
	<u>243.413</u>	<u>236.806</u>

Em 2017 e 2016, o número médio de trabalhadores é detalhado conforme se segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Médicos	38	38
Enfermeiros	155	143
Outro pessoal	292	298
	<u>485</u>	<u>479</u>

O movimento ocorrido durante o ano na rubrica de Provisões para riscos e encargos com pensões resume-se como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Provisões para riscos e encargos - pensões		
Saldo inicial	2.397.961	2.114.335
Aumentos	-	439.723
Reduções	(242.743)	-
Pensões pagas no ano	-	(156.097)
Saldo final	<u>2.155.218</u>	<u>2.397.961</u>

Anualmente são revistos os pressupostos que servem de base para a provisão para riscos e encargos com pensões. Em 31 de dezembro de 2017, foi reduzida esta provisão, no montante de 242.743 euros, tendo por base a esperança média de vida estimada para os atuais pensionistas, de acordo com as Tábuas Completas de Mortalidade para Portugal de homens e mulheres, relativas ao período 2012-2014, que integram os indicadores relativos à esperança de vida do Instituto Nacional de Estatística (INE). Os pagamentos do ano foram diretamente contabilizados na rubrica de Custos com pessoal, no montante de 165.404 euros.

Nota 44 – Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2017, existiam processos judiciais contra o HOSPITAL, havendo diversos pedidos de indemnização de terceiros, no montante aproximado de 230.000 euros, e com serviços médicos prestados por instituições do Serviço Nacional de Saúde a utentes da Região Autónoma dos Açores, que ainda não foram liquidados pelo HOSPITAL. O Conselho de Administração está convicto de que de acordo com pareceres emitidos pelos advogados, não é esperado qualquer encargo materialmente significativo para o HOSPITAL e no que se refere às instituições do SNS desconhece-se os impactos que resultarão para o Hospital das negociações que se encontram em curso de desenvolvimento.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

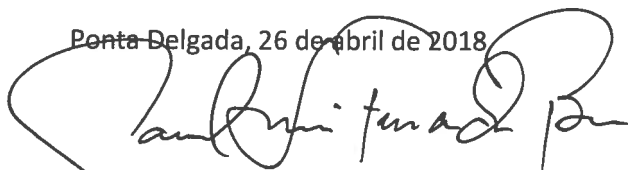
Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por natureza e dos fluxos de caixa e o respetivo Anexo do **HOSPITAL DA HORTA, E.P.E.R.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. A Entidade encontra-se numa posição que exige que sejam concretizadas medidas exigidas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais ou outras de natureza diversa que possam repor os capitais próprios que se encontram negativos em 31 dezembro de 2017 e, desta forma, minorar o risco operacional e de liquidez que deriva do desequilíbrio financeiro existente nessa data.
5. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
6. Os critérios valorimétricos adotados na preparação das contas são os constantes no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais, exceto as matérias referidas na Certificação Legal das Contas com reservas emitida nesta data que faz parte integrante deste relatório.
7. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por natureza e dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 26 de abril de 2018.



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **HOSPITAL DA HORTA, E.P.E.R.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 52.235.492 euros e um total de capital próprio negativo de 43.471.960 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.067.815 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa do ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 7 da secção “Bases para a opinião com reservas”, e exceto quanto aos efeitos da matéria referida no número 8 da mesma secção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **HOSPITAL DA HORTA, E.P.E.R.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor da saúde estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS).

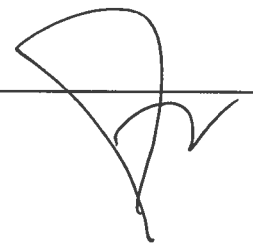
Bases para a opinião com reservas

1. Em 2008 foi efetuado um levantamento documental e contabilístico que visou obter a concordância entre os registos contabilísticos do ativo imobilizado e os dados do cadastro constantes na aplicação de gestão do imobilizado e adequar as amortizações ao período de vida útil esperado. Até à presente data, não foi realizada a sua comprovação através de uma inventariação justificativa da sua existência, pelo que não podemos ajuizar sobre os eventuais ajustamentos no valor líquido desses ativos que poderiam resultar se a conciliação tivesse sido completada.
2. Os ajustamentos de dívidas a receber de 911.345 euros destinam-se a cobrir exclusivamente os saldos de clientes que potenciam riscos de cobrabilidade. Esta nossa avaliação não comporta os saldos a receber relacionados com os serviços prestados aos subsistemas de saúde, que ascendiam a 19.331.386 euros em 31 de dezembro de 2017 (Nota 39). Existem historicamente enormes condicionalismos na integral recuperação desses saldos decorrentes de dificuldades tradicionais que existem na sua aceitação e validação e, como mencionado no número 3 abaixo desta secção, existe também a incerteza sobre o montante a recuperar dos encargos com os atos médicos prestados aos



beneficiários do Sistema Nacional de Saúde a determinar pelo grupo de trabalho. Nestas circunstâncias, não é praticável quantificar os prejuízos que poderão advir da não cobrança das dívidas expressas nas demonstrações financeiras que venham a não ser reconhecidas pelas entidades devedoras ou pelo grupo de trabalho.

3. A Entidade considerou que os atos médicos prestados aos utentes do Sistema Regional de Saúde (SRS) no continente deveriam ser gratuitos, no cumprimento do princípio da reciprocidade, porque estes atos não são cobrados aos do Serviço Nacional de Saúde, tendo anulado em 2010 todos os saldos devidos a este respeito existentes em 1 de janeiro de 2010 e, desde essa data, esses encargos não têm sido reconhecidos na demonstração dos resultados. Nos termos da Lei nº 20/2016, de 15 de julho, fica estabelecido a gratuitidade da prestação de cuidados de saúde e dependente de resolução a determinação das dívidas nessa data existentes entre os dois sistemas de saúde a apresentar por um grupo de trabalho criado na dependência do Ministro da Saúde e, nestas circunstâncias, não podemos concluir quanto aos seus efeitos, se algum, nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.
4. Os saldos em dívida aos fornecedores, em algumas situações, encontram-se em mora por incumprimento dos prazos previstos nos planos de pagamentos contratualmente estabelecidos. Não obstante das negociações com alguns fornecedores terem resultado o perdão ou a redução dos juros de mora devidos, não nos foi possível determinar os encargos financeiros que deveriam ser reconhecidos nas demonstrações financeiras em referência a 31 de dezembro de 2017.
5. Em relação aos seus trabalhadores com vínculo jurídico de emprego público, a Entidade suporta, na quota-parte correspondente à parcela da antiguidade não abrangida por descontos antes da sua integração no regime de função pública, as pensões de reforma e sobrevivência que foram e venham a ser determinadas pela Caixa Geral de Aposentações. A inexistência de um estudo atuarial impede-nos de avaliar a responsabilidade que a Entidade tinha com os complementos de pensões de reforma e de sobrevivência a pagar aos seus pensionistas e aos seus empregados no ativo em 31 de dezembro de 2017, existindo para este efeito uma provisão para encargos com pensões de 2.155.218 euros. Em 2017, as pensões pagas durante o ano, no montante de 165.404 euros, foram imputadas à rubrica de custos com pessoal, enquanto em anos anteriores, os pagamentos das pensões eram imputados diretamente à provisão para encargos com pensões (Nota 43 do Anexo).
6. Conforme referido na Nota 41 do Anexo, o montante de 694.935 euros (em 2016 – 967.215 euros), registado na rubrica de Acréscimos de proveitos, corresponde à faturação estimada e por emitir de serviços médicos prestados até ao final do ano. Atendendo que o sistema informático de gestão hospitalar não nos permitir quantificar nem valorizar os processos clínicos que se encontram por codificar e faturar em 31 de dezembro de 2017, não nos é possível aferir a correção do saldo desta rubrica em 31 dezembro de 2017.



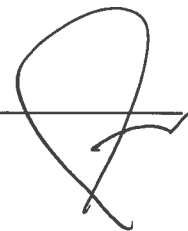
7. Conforme referido na nota introdutória do anexo, está previsto a atribuição anual de um prémio de desempenho, que relativamente ao ano de 2017 poderá atingir o limite máximo de 1.185.450 euros. Sublinhe-se que o prémio determinado sobre a atividade exercida no ano anterior foi apenas reconhecido neste período no montante de 787.516 euros. Não estando disponíveis os cálculos para a validação do cumprimento contratual dos pressupostos de desempenho, não existem condições para quantificar o montante de proveitos que a este respeito deveria ter sido reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.
8. A Entidade não procedeu em 2007 à valorização das suas instalações de acordo com os critérios valorimétricos estabelecidos no relatório da avaliação patrimonial reportada a 1 de janeiro de 2007. Em conformidade com os critérios e os pressupostos dessa avaliação, que serviu de suporte à escrituração do capital estatutário da Entidade, consideramos que o saldo líquido da rubrica de Edifícios e outras construções está sobrevalorizado em 2.430.021 euros, beneficiando nesta extensão os capitais próprios em 31 de dezembro de 2017 e, por este facto, as amortizações do exercício estão sobrestimadas em 270.000 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras preparadas em referência a 31 de dezembro de 2017 no pressuposto da continuidade das operações apresentam capitais próprios negativos de 43.471.960 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.067.815 euros. Neste quadro, é aplicável à Entidade as disposições dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais. A capacidade da Entidade operar em continuidade dependerá do prosseguimento do processo de reestruturação financeira dos seus passivos remunerados e da capacidade do acionista continuar disponibilizar os fundos necessários para a reposição do equilíbrio financeiro e patrimonial, sem os quais não será possível proceder à liquidação dos outros passivos financeiros dentro dos prazos normais estabelecidos. Como indicado na nota introdutória desse anexo, o financiamento para o ano de 2017 contratualizado com a Secretaria Regional da Saúde, através do contrato-programa para o triénio de 2016 – 2018, foi de 23.709.000 euros, incluindo o prémio de desempenho do ano anterior, no montante de 787.516 euros. Adicionalmente, a entidade gestora do sistema regional suportou a totalidade dos encargos financeiros decorrentes do serviço da dívida remunerada, nomeadamente os relacionados com o endividamento bancário que



continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras da entidade contraente (Nota 3 h) e 37 do Anexo) e disponibilizou fundos financeiros no montante acumulado de 48.253.286 euros (Nota 40).

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Ênfase

Em 2016, na rubrica de Ajustamentos e provisões foram reconhecidos encargos relacionados com produtos vendidos por farmácias, no montante de 444.163 euros, que deveriam ser registados na rubrica de Fornecimentos e serviços externos (Nota 31 do Anexo).

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

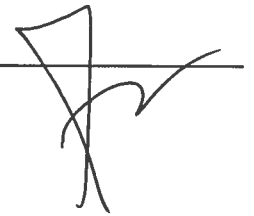
Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor da saúde estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS).
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- valiação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

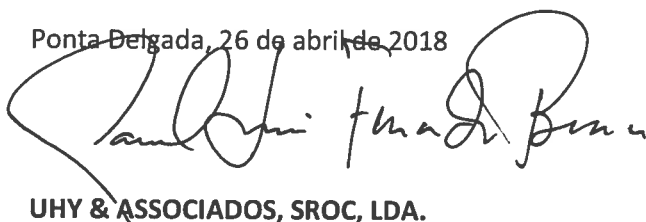
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 26 de abril de 2018



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)